

PAT/2011
PLANO ANUAL DE TRABALHO

- Relatório de Avaliação -

ABRIL/2012



SUMÁRIO

SUMÁRIO	2
APRESENTAÇÃO.....	3
1. REFERENCIAL ESTRATÉGICO:	4
2. PROGRAMAS, SUBPROGRAMAS E AÇÕES DO PAT/2011.....	6
DEMONSTRATIVO DE REALIZAÇÃO DAS METAS FÍSICAS DO PAT/2011	12
3. RESULTADOS FÍSICOS DO PROGRAMA (1.0) POLO INDUSTRIAL DE MANAUS - PIM.....	13
EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PROGRAMA PIM.....	29
4. RESULTADOS FÍSICOS DO PROGRAMA (2.0) “INTERIORIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA SUFRAMA”.	31
EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PROGRAMA "INTERIORIZAÇÃO"	38
5. RESULTADOS FÍSICOS DO PROGRAMA (3.0) “GESTÃO INSTITUCIONAL”.....	39
EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PROGRAMA GESTÃO INSTITUCIONAL.....	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
ANEXOS.....	53



APRESENTAÇÃO

O presente relatório destina-se a apresentar os resultados das ações, programas e subprogramas do Plano Anual de Trabalho (PAT), da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, do exercício de 2011.

A metodologia de avaliação consiste na compilação e análise das informações registradas no Sistema de Informações Gerenciais do Plano Anual de Trabalho - SigPAT, a partir das quais são construídos mapas e quadros onde são explicitados, em percentuais, os índices físicos de sucesso alcançados pelos programas e subprogramas, considerando a escala de classificação do "status" final das ações, ou seja, se a sua execução foi integral ou parcial, cancelada ou não iniciada, ressaltando-se as restrições ou as dificuldades ocorridas ao longo do período.

É importante ressaltar, no entanto, que o ciclo de avaliação do esforço institucional encetado no período em questão, completa-se com avaliação das macro-ações do PPA, onde podem ser visualizados não só o desempenho das metas físicas, mas também das metas financeiras; o impacto das disponibilidades dos recursos financeiros ou a falta destes sobre a execução das ações e as consequências desse processo sobre o esforço despendido pela Autarquia para fazer frente às demandas e os desafios do processo de desenvolvimento da região, no Pólo Industrial de Manaus ou na sua área de abrangência.

THOMAZ AFONSO QUEIROZ NOGUEIRA
Superintendente



1. REFERENCIAL ESTRATÉGICO:

O Plano Anual de Trabalho - PAT, na condição de instrumento de planejamento de curto prazo é, obrigatoriamente, elaborado tendo como premissa básica às políticas e diretrizes definidas no Plano Plurianual 2008/2011 pelo governo federal e as áreas estratégicas aprovadas no Plano Estratégico da autarquia, priorizadas pela Superintendência, linhas essas, traduzida pelos elementos apresentados abaixo, cujo alcance tem sido objeto de permanente busca da instituição por melhores resultados.

Missão:

“Promover o desenvolvimento sustentável, mediante geração, atração e consolidação de investimentos, apoiada em capacitação tecnológica, visando à inserção internacional competitiva”.

Visão de Futuro:

“Ser uma agência padrão de excelência na indução do desenvolvimento sustentável, reconhecida no país e no exterior”.

Áreas Estratégicas:

São as áreas de atuação a partir das quais a Autarquia busca desenvolver ações no sentido de contribuir efetivamente para o processo de desenvolvimento da região:

- I. Desenvolvimento Organizacional***
- II. Gestão de Incentivos Fiscais***
- III. Logística***
- IV. Tecnologia & Inovação***
- V. Atração de Investimentos***
- VI. Inserção Internacional***
- VII. Capital Intelectual e Empreendedorismo***
- VIII. Desenvolvimento Produtivo***



Objetivos Estratégicos perseguidos pela Autarquia:

Em linhas gerais as ações do Plano Anual de Trabalho (PAT), do exercício de 2011, visa contribuir para o alcance dos objetivos institucionais priorizados abaixo, os quais direcionam a SUFRAMA para o cumprimento da sua missão.

- I. POTENCIALIZAR o Polo Industrial de Manaus;
- II. INCREMENTAR as atividades agropecuárias, florestais e agroindustriais;
- III. FORTALECER as atividades de serviços e do comércio de mercadorias;
- IV. AMPLIAR as exportações e substituir competitivamente as importações;
- V. ATRAIR investidores nacionais e estrangeiros e apoiar o empreendedorismo local;
- VI. APRIMORAR meios para a irradiação dos efeitos positivos da ZFM e das ALC em prol da qualidade de vida e do desenvolvimento endógeno;
- VII. ESTIMULAR os investimentos e fortalecer a formação de capital intelectual e em ciência, tecnologia e inovação pelos setores público e privado;
- VIII. IDENTIFICAR e ESTIMULAR investimentos em infraestrutura pelos setores públicos e privados.



2. PROGRAMAS, SUBPROGRAMAS E AÇÕES DO PAT/2011

O quadro abaixo apresenta a compilação dos percentuais de realização ("índices físicos") de realização alcançados pelas ações do PAT/2011, estruturado por programa e subprograma, bem como o **Índice Médio Geral** alcançado pelo plano, extraído do Sistema de Informações Gerenciais do Plano Anual de Trabalho - **SigPAT**. São informações resultantes das realizações efetivadas pelos gerentes de ações ao longo do exercício.

RELATÓRIO DAS REALIZAÇÕES FÍSICAS DO PAT/2011

PROGRAMA/SUBPROGRAMA/AÇÃO		IR* (%)
Programa 1.0 - POLO INDUSTRIAL DE MANAUS (28 ações)		78,73
Subprograma 1.1 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO (11 ações)		61,02
1.1.1	Implementação do Centro de Biotecnologia da Amazônia - CBA Gerente: Imar César de Araujo (CBA/SAP)	84,99
1.1.2	Implementação da infraestrutura tecnológica do CT-PIM. Gerente: Wesley Alves Pereira (SAP)	91,00
1.1.3	Implantação parcial do Parque Tecnológico do CT-PIM. Gerente: Wesley Alves Pereira (SAP)	40,05
1.1.4	Acompanhamento dos investimentos em P&D e articulação institucional para a atração de parcerias visando o desenvolvimento conjunto de programas e projetos de P&D. Gerente: Valéria Silveira Bentes (CGTEC/SAP)	66,20
1.1.5	Acompanhamento do programa prioritário Tecnologia Industrial Básica - TIB, credenciado através da resolução CAPDA nº 02 de 12 de março de 2004. Gerente: Valéria Silveira Bentes (CGTEC/SAP)	100,00
1.1.6	Acompanhamento e consolidação do programa prioritário para o desenvolvimento de bioindústrias na Amazônia - PRODEBIO. Gerente: Valéria Silveira Bentes (CGTEC/SAP)	13,50
1.1.7	Acompanhamento do programa prioritário de microeletrônica e microsistemas da Amazônia – PMMA. Gerente: Valéria Silveira Bentes (CGTEC/SAP)	80,00
1.1.8	Acompanhamento do programa prioritário de desenvolvimento energético Amazônico – PRODEAM. Gerente: Valéria Silveira Bentes (CGTEC/SAP)	44,50
1.1.9	Consolidação do programa prioritário Rede Estadual de Ensino e Pesquisa do Amazonas – REPAM. Gerente: Valéria Silveira Bentes (CGTEC/SAP)	45,00
1.1.10	Acompanhamento dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) e articulação institucional para atração de parcerias visando à consolidação do programa prioritário AMAZONSOFT. Gerente: Valéria Silveira Bentes (CGTEC/SAP)	81,00
1.1.11	Acompanhamento e avaliação para efeito de consolidação do programa prioritário de TV digital interativa. Gerente: Valéria Silveira Bentes (CGTEC/SAP)	25,00
Subprograma 1.2 - NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAL (05 ações)		95,38
1.2.1	Acompanhamento, articulação e negociação de temas pertinentes a ZFM no âmbito do Mercosul e das esferas governamentais brasileiras que requerem posicionamento e decisão superior. Gerente: Maria Gracilene Roberto Belota (COGEX/SUPER)	100,00



1.2.2	Acompanhamento, articulação dos processos negociadores dos acordos do MERCOSUL com terceiros países ou blocos no âmbito extra-regional. Gerente: Carlos Alberto Simonetti (COGEX/SUPER)	100,00
1.2.3	Participação e acompanhamento de temas de interesse do PIM nos fóruns negociadores nacionais e internacionais de nomenclaturas e tarifas. Gerente: Débora Brandão (COGEX/SUPER)	87,20
1.2.4	Acompanhamento, articulação e negociação técnica dos temas pertinentes a Zona Franca de Manaus no âmbito do MERCOSUL. Gerente: Keithy Maria Schafer Garcia (COGEX/SUPER)	92,50
1.2.5	Acompanhamento e articulação das ações de cooperação internacional no âmbito da autarquia sob a responsabilidade da unidade. Gerente: Keithy Maria Schafer Garcia (COGEX/SUPER)	97,20
Subprograma 1.3 - COMÉRCIO EXTERIOR (04 ações)		84,41
1.3.1	Realização da VI Feira Internacional da Amazônia Gerente: Jamile Oliveira de Sá (COGPC/SUPER)	93,30
1.3.2	Missões Nacionais e Internacionais Gerente: Izabel Henrique de Mello (COGPC/SUPER)	82,35
1.3.3	Treinamento em exportação Gerente: Mirlei Guimarães da Silva (CEGIEX/SUPER)	100,00
1.3.4	Ações de promoção comercial - parcerias internas Gerente: Melissa Thereza Vianez Nasser (COGPC/SUPER)	82,00
Subprograma 1.4 - GESTÃO DE INCENTIVOS FISCAIS (05 ações)		85,18
1.4.1	Análise e acompanhamento do processo de fixação de Processos Produtivos Básicos - PPB. Gerente: Gustavo Adolfo Igrejas Figueiras (CGAPI/SPR)	56,00
1.4.2	Análise e aprovação de projetos de implantação atualização/diversificação/ampliação para obtenção dos incentivos fiscais administrados pela Suframa. Gerente: José Lopo de Figueiredo Filho (CGPRI/SPR)	76,40
1.4.3	Reserva de lotes de terra e acompanhamento de projetos de engenharia e arquitetura e ambiental, referentes a empreendimentos industriais e de serviços no Distrito Industrial de Manaus. Gerente: José Lopo de Figueiredo Filho (CGPRI/SPR)	90,60
1.4.4	Acompanhamento e avaliação de projetos industriais. Gerente: Gustavo Adolfo Igrejas Figueiras (CGAPI/SPR)	143,90
1.4.5	Acompanhamento e controle dos serviços de mercadorias nacionais e cadastros da Zona Franca de Manaus e demais áreas incentivadas. Gerente: Maria Izamar Martins Frazão (CGMEC/SAO)	59,00
Subprograma 1.5 - APOIO À LOGÍSTICA (PIM) (03 ações)		67,66
1.5.1	Manutenção da infraestrutura do Distrito Industrial de Manaus. Gerente: Emilia Amaral Silva Rolim (CGLOG/SAD)	90,00
1.5.2	Revitalização e expansão da infraestrutura do Distrito Industrial de Manaus. Gerente: Emilia Amaral Silva Rolim (CGLOG/SAD)	61,00
1.5.3	Construção da Nova Central de Fiscalização de Mercadorias. Gerente: Emilia Amaral Silva Rolim (CGLOG/SAD)	52,00
Programa 2.0 - INTERIORIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA OCIDENTAL (31 ações)		78,51
Subprograma 2.1 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL (06 ações)		74,80
2.1.1	Apoio a Projeto de Desenvolvimento na Amazônia Ocidental e Áreas de Livre Comércio de Macapá e Santana/AP. Gerente: Siglya Regina de Almeida Said (CGDER/SAP)	22,00
2.1.2	Acompanhamento de Projetos de Desenvolvimento na Área sob Jurisdição da Suframa. Gerente: Maria do Socorro dos Santos Loureiro (CGDER/SAP)	95,00
2.1.3	Apoio e Participação em Ações de Turismo na Área de Atuação da Suframa. Gerente: Izabela Figueira Benoliel (COGEC/SUPER)	92,00
2.1.4	Apoio ao Aperfeiçoamento de Cálculo das Contas Regionais da Amazônia Ocidental e	65,00



	Amapá. Gerente: Ana Claudia de Azevedo Monteiro (COGEC/SUPER)	
2.1.5	Apoio à Formulação e Dinamização do Serviço de Assistência Técnica Rural na Amazônia Ocidental. (cancelada) Gerente: Paulo Sérgio Benzecry Cal (CGPAG/SPR)	-
2.1.6	Acompanhamento e avaliação dos projetos de eletrificação rural no Distrito Agropecuário-DAS – Programa “Luz para todos”. Gerente: Paulo Sérgio Benzecry Cal (CGPAG/SPR)	100,00
Subprograma 2.2 – GESTÃO DE INCENTIVOS (13 ações)		79,08
2.2.1	Aprovação de Projetos de Produção e Aproveitamento de matérias-primas regionais para fruição de incentivos fiscais. Gerente: Paulo Sérgio Benzecry Cal (CGPAG/SPR)	45,20
2.2.2	Acompanhamento e Avaliação de Projetos Agropecuários e Agroindustriais. Gerente: Paulo Sérgio Benzecry Cal (CGPAG/SPR)	100,00
2.2.3	Acompanhamento e Controle do Internamento de Mercadorias Importadas nas Áreas de Atuação da Suframa. Gerente: Raquel Silveira Bentes (CGMEC/SAO)	100,00
2.2.4	Gestão dos Serviços de Internamento de Mercadorias Incentivadas e de Cadastro na Área de Atuação da Suframa – ALC Guajará-Mirim. Gerente: Arlete de Oliveira Cavalcante Leigue (ALC Guajará-Mirim/SAO)	100,00
2.2.5	Gestão dos Serviços de Internamento de Mercadorias Incentivadas e de Cadastro na Área de Atuação da Suframa – CORE de Porto Velho. Gerente: Gil Vicente da Silva (CORE Porto Velho/RO/SAO)	100,00
2.2.6	Gestão dos Serviços de Internamento de Mercadorias Incentivadas e de Cadastro na Área de Atuação da Suframa – CORE Portal da Amazônia. Gerente: Francimon Chaves Livino (CGPAM/RO/SAO)	100,00
2.2.7	Gestão dos Serviços de Internamento de Mercadorias Incentivadas e de Cadastro na Área de Atuação da Suframa – CORE Rio Branco. Gerente: Francisco de Assis Medeiros (CORE Rio Branco/AC/SAO)	66,40
2.2.8	Gestão dos Serviços de Internamento de Mercadorias Incentivadas e de Cadastro na Área de Atuação da Suframa – CORE Cruzeiro do Sul. Gerente: Maria Rita A. dos Santos (CORE Cruzeiro do Sul/AC/SAO)	60,00
2.2.9	Gestão dos Serviços de Internamento de Mercadorias Incentivadas e de Cadastro na Área de Atuação da Suframa – CORE Itacoatiara. Gerente: João Batista Andrade da Silva (CORE Itacoatiara/AM/SAO)	70,00
2.2.10	Gestão dos Serviços de Internamento de Mercadorias Incentivadas e de Cadastro na Área de Atuação da Suframa – CORE Ji-Paraná. Gerente: Carlos Alberto de Aguiar Ferreira (CORE Ji-Paraná/RO/SAO)	100,00
2.2.11	Gestão dos Serviços de Internamento de Mercadorias Incentivadas e de Cadastro na Área de Atuação da Suframa – ALC de Macapá/Santana. Gerente: Tânia M^a. do S. B. M. Sousa (ALC Macapá-Santana/AP/SAO)	80,00
2.2.12	Gestão dos Serviços de Internamento de Mercadorias Incentivadas e de Cadastro na Área de Atuação da Suframa – ALC de Boa Vista. Gerente: Joel Eloy N. de Souza Cruz (ALC Boa Vista/RR/SAO)	66,40
2.2.13	Gestão dos Serviços de Internamento de Mercadorias Incentivadas e de Cadastro na Área de Atuação da Suframa – ALC de Tabatinga. Gerente: José Antônio Greco (ALC Tabatinga/AM/SAO)	40,00
Subprograma 2.3 - ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS (05 ações)		76,29
2.3.1	Construção da Matriz de Insumo-Produto do Estado do Amazonas. Gerente: Renato Mendes Freitas (COGEC/SUPER)	97,00
2.3.2	Organização e Coordenação dos Seminários da VI FIAM. Gerente: Érica Rabelo Freire (COGEC/SUPER)	82,00
2.3.3	Elaboração de inventário de Gases de Efeito Estufa Emitido pela VI Feira Internacional da Amazônia – VI FIAM. Gerente: Evandro Brandão Barbosa (COGEC/SUPER)	100,00
2.3.4	Manutenção do Banco de Dados de Empresas e Produtos Regionais. Gerente: Neyla Amanda Meireles Saraiva (CGPRO/SAP)	82,45



2.3.5	Identificar e Divulgar Empreendimentos Agroindustriais de Sucesso no Distrito Agropecuário da Suframa - D.A.S. Gerente: Adamilton dos Santos Mourão (CGPRO/SAP)	20,00
Subprograma 2.4 - COMÉRCIO EXTERIOR (04 ações)		90,40
2.4.1	Apoio ao Projeto Rede Nacional de Comércio Exterior Redeagentes/Acordo de Cooperação Técnica MDIC-SUFRAMA. Gerente: Sandra Morais de Almeida (COGEX/SUPER)	75,00
2.4.2	Fortalecer a Relação da Suframa com seus Parceiros na Área de Promoção Comercial. Gerente: Marcelo Fialho de Albuquerque (COGPC/SUPER)	100,00
2.4.3	Apoio às Empresas Exportadoras do Polo Industrial de Manaus e Amazônia Ocidental e Amapá. Gerente: Sandra Morais de Almeida (COGEX/SUPER)	86,60
2.4.4	Monitoramento da balança Comercial na Amazônia Ocidental. Gerente: Arnaldo dos Santos Oliveira Neto (COGEX/SUPER)	100,00
Subprograma 2.5 - Apoio à Logística (03 ações)		72,00
2.5.1	Manutenção da Infraestrutura do Distrito Agropecuário. Gerente: Emília Amaral Silva Rolim (CGLOG/SAD)	58,00
2.5.2	Expansão da Infraestrutura do Distrito Agropecuário. Gerente: Emília Amaral Silva Rolim (CGLOG/SAD)	82,00
2.5.3	Reaparelhamento da Infraestrutura das Unidades Descentralizadas na Área sob Jurisdição da Suframa. Gerente: Emília Amaral Silva Rolim (CGLOG/SAD)	76,00
Programa 3.0 - GESTÃO INSTITUCIONAL (40 ações)		80,38
Subprograma 3.1 - DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS (08 ações)		91,63
3.1.1	Promoção da Qualidade de Vida aos Servidores. Gerente: Verônica Maria Bezerra Reis (CGRHU/SAD)	100,00
3.1.2	Programa de Concessão de Estágio a Estudantes. Gerente: Rosângela Oliveira da Silva Braga (CGRHU/SAD)	100,00
3.1.3	Programa Integrando e Reintegrando Pessoas. Gerente: Francisco Celso Roque do Lago (CGRHU/SAD)	100,00
3.1.4	Programa de Formação Superior para Servidores das Áreas Descentralizadas. Gerente: Ana Ilma da Silva Pontes (CGRHU/SAD)	33,00
3.1.5	Plenificação do Curso Sequencial em Gestão de Desenvolvimento Regional para Servidores. Gerente: Francisco Celso Roque do Lago (CGRHU/SAD)	100,00
3.1.6	Programa de Capacitação e Formação de Recursos Humanos. Gerente: Ana Ilma da Silva Pontes (CGRHU/SAD)	100,00
3.1.7	Programa de Benefícios para Servidores Ativos, Inativos e Dependentes. Gerente: Ellen Grace Perez Moreira (CGRHU/SAD)	100,00
3.1.8	Treinamento e Capacitação dos Servidores/Colaboradores Atuantes na Área de Cadastro e de Mercadoria Nacional da Superintendência Adjunta de Operações. Gerente: Maria do Carmo Oliveira Garcia (CGRHU/SAD)	100,00
Subprograma 3.2 - FOMENTO À MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA (16 ações)		54,77
3.2.1	Estímulo ao Uso das Ferramentas de Trabalho Desenvolvidas na CGMOI. Gerente: Sebastião Gonçalves de Araújo Filho (CGMOI/SAD)	70,00
3.2.2	Manutenção da Intranet. Gerente: Sebastião Gonçalves de Araújo Filho (CGMOI/SAD)	30,00
3.2.3	Revisão e Adequação do Regimento Interno de Auditoria. Gerente: Pedro Almeida Choairy (AUDIT/SUPER)	18,50
3.2.4	Manutenção dos Manuais Administrativos. Gerente: José Ribamar do Nascimento Araújo (CGMOI/SAD)	100,00
3.2.5	Manutenção do Parque Operacional de Informática. Gerente: Fábio Byron Jinkings (CGMOI/SAD)	81,00
3.2.6	Padronização do Mobiliário das Unidades Descentralizadas, Conforme o Padrão da Sede	45,00



	Otimizando o Ambiente de Trabalho. Gerente: José Ribamar do Nascimento Araújo (CGMOI/SAD)	
3.2.7	Atualização Tecnológica da Rede Lógica de Computadores da Sede da Suframa. Gerente: Fábio Byron Jinkings (CGMOI/SAD)	20,00
3.2.8	Manutenção dos sistemas WEB. Gerente: Sebastião Gonçalves de Araújo Filho (CGMOI/SAD)	28,80
3.2.9	Realização de Auditorias Internas e Externas. Gerente: Pedro Almeida Choairy (AUDIT/SUER)	88,00
3.2.10	Prover Solução de Acessibilidade e Portabilidade das Informações Gerenciais dos Sistemas Integrados da Suframa. Gerente: Fábio Byron Jinkings (CGMOI/SAD)	44,00
3.2.11	Implantação da Unidade de Enlace Suframa/Sintegra/Núcleo de Inteligência Fiscal. Gerente: Maria do Carmo Oliveira Garcia (SAO)	81,00
3.2.12	Estudo e Estabelecimento dos Critérios de Parametrização da Vistoria Física com a Definição dos Novos Controles e Procedimentos a serem Implantados na Área de Vistoria da Suframa (vistoria inteligente e itinerante). Gerente: João Carlos Paiva da Silva (CGMEC/SAO)	20,00
3.2.13	Padronização, Harmonização e Melhoria Contínua dos Procedimentos e Processos de Cadastro e de Mercadoria Nacional nas Unidades Administrativas da Suframa. Gerente: João Carlos Paiva da Silva (CGMEC/SAO)	30,00
3.2.14	Elaboração de Sistema de Informações Geográficas do Distrito Agropecuário da Suframa. Gerente: Evandro Brandão Barbosa (COGEC/SUPER)	100,00
3.2.15	Acompanhamento do Projeto para Construção da Nova Central de Fiscalização de Mercadorias no Distrito Industrial. Gerente: Mauro Guimarães Ferreira (SAO)	100,00
3.2.16	Acompanhamento da Implantação da Certificação Digital nos Processos de Cadastro e de Mercadoria. Gerente: João Carlos Paiva da Silva (CGMEC/SAO)	20,00
Subprograma 3.3 - ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO (07 ações)		79,31
3.3.1	Acompanhamento das Memórias do COPLAN, CAPDA, Convocação e Elaboração da Ata do GTAPDER e Registro do Prêmio Cunhantã. Gerente: Luciano Jorge Muelas (CGCAS/SUPER)	58,20
3.3.2	Acompanhamento De Atividades Administrativas Judiciais. Gerente: Eduardo Bonates Lima (PROJU/SUPER)	80,00
3.3.3	Promover, Coordenar e Acompanhar as Reuniões do CAS. Gerente: Luciano Jorge Muelas (CGCAS/SUPER)	89,00
3.3.4	Representação Institucional da Suframa em Brasília. Gerente: Marlênio Ferreira Oliveira (CGRIN/SUPER)	90,00
3.3.5	Acompanhamento e Fiscalização dos Serviços de Vigilância e Segurança dos Distritos Agropecuário e Industrial de Manaus. Gerente: Emília Amaral Silva Rolim (CGLOG/SAD)	82,00
3.3.6	Revisão e Compatibilização da Legislação da Suframa com a Legislação do Serviço Público de Escrituração Digital – SPED, Relacionada ao Cadastro de Empresas e Mercadoria Nacional. Gerente: Mauro Guimarães Ferreira (SAO)	99,00
3.3.7	Implantação do Sistema de Gestão da Ética na Suframa. Gerente: Emmanuel Ribeiro Sales de Aguiar (CGPRO/SAP)	57,00
Subprograma 3.4 - DIFUSÃO DE INFORMAÇÃO À SOCIEDADE (08 ações)		76,17
3.4.1	Planejar e executar a Assessoria de Imprensa da Suframa. Gerente: Rosangela Lopez Alanís (CGCOM/SUPER)	85,70
3.4.2	Planejar e Executar ações de Comunicação da Suframa. Gerente: Junha Januária de Oliveira Ramos (CGCOM/SUPER)	71,25
3.4.3	Planejar e Executar Ações Publicitárias Institucionais da Suframa. Gerente: Rosangela Lopez Alanís (CGCOM/SUPER)	64,00
3.4.4	Planejar e Executar Ações de Relações Públicas e Eventos. Gerente: Ghislaine Maria Barbosa de Oliveira (CGCOM/SUPER)	63,60
3.4.5	Acompanhamento e consolidação de Dados para Produção de Indicadores do Polo Industrial	64,80



	de Manaus. Gerente: Raimundo Sampaio de Souza (CGPRO/SAP)	
3.4.6	Manutenção do Perfil das Empresas com Projetos Aprovados pela Suframa. Gerente: Raimundo Sampaio de Souza (CGPRO/SAP)	60,00
3.4.7	Divulgação do Modelo Zona Franca de Manaus nas Instituições de Pesquisa e Ensino na Área de Atuação da Suframa. Gerente: Ana Virgínia Silva Lemos de Aguiar (CGPRO/SAP)	100,00
3.4.8	Treinamento, Divulgação e Difusão Externa dos Atuais Procedimentos de Cadastro e de Internamento de Mercadoria Nacional A Nível Regional e Nacional. Gerente: Maria do Carmo Oliveira Garcia (SAO)	100,00
Subprograma 3.5 - DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS LOGÍSTICOS (01 ação)		100,00
3.5.1	Manutenção das Atividades Institucionais Permanentes. Gerente: Emília Amaral Silva Rolim (CGLOG/SAD)	100,00
ÍNDICE MÉDIO GERAL DE REALIZAÇÃO DO PAT/2011		79,20

Observações:

Fonte: COPLA/CGPRO/SAP.

Informações compiladas a partir das informações registradas no Sistema de Informações Gerenciais do Plano Anual de Trabalho - SigPAT.

IR = Índice de Realização física, representado em %.



O quadro abaixo apresenta a síntese das realizações das ações integrantes do Plano Anual de Trabalho - PAT/2011, distribuídas por programas e subprogramas, ou seja, os índices de realização física de acordo com o "status" das ações em intervalos específicos definidos para fins de avaliação do plano como um todo.

Demonstrativo de Realização das Metas Físicas do PAT/2011

RESUMO GERAL

PAT/2011 (programas e subprogramas)	Total de ações	AÇÕES REALIZADAS				Ações não iniciadas ou canceladas	Ações concluídas	Índice Médio de Execução registrado no SIGPAT (%) [1]
		Até 25 %	De 26 a 50%	De 51 a 75%	Acima de 76 %			
	99	9	11	20	59	1	27	79,20
	-	9,09	11,11	20,20	59,60	1,01	27,27	
Programa 1.0 - Pólo Industrial de Manaus (PIM)	28	2	3	5	18	-	5	78,73
	28,2	7,14	10,71	17,86	64,29	-	17,86	
Subprog. 1.1. Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico	11	2	3	1	5	-	1	61,02
Subprog. 1.2. Negociações Internacionais	05	-	-	-	5	-	2	95,38
Subprog. 1.3. Comercio Exterior	04	-	-	-	4	-	1	84,41
Subprog. 1.4. Gestão de Incentivos Fiscais	05	-	-	2	3	-	1	85,18
Subprog. 1.5. Apoio à Logística	03	-	-	2	1	-	-	67,66
Programa 2.0 - Interiorização do Desenvolvimento na Área de Atuação da SUFRAMA	31	03	02	07	19	1	9	78,51
	31,3	9,68	6,45	22,58	61,29	3,23	29,03	
Subprog. 2.1. Desenvolvimento Sustentável Local	06	2	0	1	3	1	1	74,80
Subprog. 2.2. Gestão de Incentivos Fiscais	13	-	2	4	7	-	6	79,08
Subprog. 2.3. Atração de Investimentos	05	1	-	-	4	-	1	76,29
Subprog. 2.4. Comércio Exterior	04	-	-	1	3	-	2	90,40
Subprog. 2.5. Logística	03	-	-	1	2	-	-	72,00
Programa 3.0 - Gestão Institucional	40	04	06	08	22	-	13	80,38
	40,4	10,0	15,0	20,0	55,0	-	32,5	
Subprog. 3.1. Desenvolvimento de Recursos Humanos	08	-	1	-	7	-	7	91,63
Subprog. 3.2. Fomento à modernização administrativa	16	4	5	1	6	-	3	54,77
Subprog. 3.3. Acompanhamento da gestão	07	-	-	2	5	-	-	79,31
Subprog. 3.4. Difusão de informações á sociedade	08	-	-	5	3	-	2	76,17
Subprog. 3.5. Desenvolvimento de recursos logísticos	01	-	-	-	1	-	1	100,00
ÍNDICE MÉDIO DE REALIZAÇÃO DO PAT/2011								79,20

[1] Índices Médios de realização registrados no SigPAT.



3. RESULTADOS FÍSICOS DO PROGRAMA (1.0) POLO INDUSTRIAL DE MANAUS - PIM

O quadro abaixo apresenta a síntese das realizações do conjunto de ações que integram o programa (1.0) POLO INDUSTRIAL DE MANAUS - PIM, distribuídas por subprogramas. O objetivo do quadro em referência é explicitar o "status" do grupo de ações que integram os subprogramas e a situação das ações afetas em cada área e subárea priorizada pela Autarquia, de acordo com os intervalos (%) específicos de realização, definidos para fins de avaliação dos resultados no período em questão.

QUADRO RESUMO

PROGRAMA (1.0) PÓLO INDUSTRIAL DE MANAUS (PIM)	Total de ações	AÇÕES REALIZADAS				Ações não iniciadas ou canceladas	Ações concluídas	Índice Médio de Sucesso (%)
		Até 25 %	De 26 a 50%	De 51 a 75%	Acima de 76 %			
ÍNDICE MÉDIO DO PROGRAMA	28	2	3	5	18	-	5	78,73
	28,2	7,14	10,71	17,86	64,29	-	17,86	
Subprog. 1.1. Apoio ao Desenv. Tecnológico	11	2	3	1	5	-	1	61,02
Subprog. 1.2. Negociações Internacionais	05	-	-	-	5	-	2	95,38
Subprog. 1.3. Comercio Exterior	04	-	-	-	4	-	1	84,41
Subprog. 1.4. Gestão de Incentivos Fiscais	05	-	-	2	3	-	1	85,18
Subprog. 1.5. Apoio à Logística	03	-	-	2	1	-	-	67,66

Síntese analítica das informações:

Conforme visualizado no quadro acima, pode-se ver que das 28 (vinte e oito) ações que integram o programa, 2 (duas) apenas ficaram com índice de execução de até 25% (ações 1.1.6 e 1.1.11), 3 (três) alcançaram níveis de realização de 25 a 50% e no topo da escala de classificação 18 (dezoito) ações alcançaram índices de execução superior a 76%. Outro aspecto a ser ressaltado do quadro acima é que os índices de realização 95,38% e 84,41%, relacionados com os segmentos "Negociações Internacionais" (95,38%) e Comércio Exterior" (84,41%), principais vertentes da área estratégica "INSERÇÃO INTERNACIONAL", ratificam a prioridade dispensada a esta área nos últimos anos (2003 a 2011) pela Autarquia. Prioridades que se refletiram, particularmente, na área de Gestão de Incentivos Fiscais, notadamente, sobre resultados da ação 1.4.2, (ANÁLISE E APROVAÇÃO DE PROJETO DE IMPLANTAÇÃO, ATUALIZAÇÃO, DIVERSIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO PARA OBTENÇÃO DE INCENTIVOS FISCAIS). Por conta desta ação tivemos a



aprovação pelo CAS, de 2003 a 2011, de 955 (novecentos e cinquenta e cinco) projetos de implantação novos. Tendo-se em mente o fato de que o PAT é, na prática, um detalhamento ou o desdobramento das macro-ações do PPA e que o enfoque da sua execução se dá exclusivamente sob o “aspecto físico” das suas ações e na sua maioria são atividades, o índice de 78,73%, explica de certa forma, o desempenho físico do programa, fato que não diminui os esforços da Autarquia em atrair novos projetos para o modelo ZFM.

Considerações iniciais:

Em termos gerais, o programa PIM visa contribuir para a consolidação do Polo Industrial de Manaus (PIM) e para o desenvolvimento regional. O programa alberga algumas das principais ações voltadas para o atendimento das atividades finalísticas da Autarquia. Nesse sentido, concentra um conjunto de ações distribuídas por áreas estratégicas consideradas prioritárias e que nos últimos anos tem orientado os objetivos perseguidos pela Autarquia. São áreas voltadas para a **Gestão de Incentivos Fiscais** (uma das suas funções principais), apoio ao **Desenvolvimento Tecnológico** (fundamental para a consolidação que se pretende) a **Negociação Internacional**, ao **Comércio Exterior**, a **Logística** e ao incremento da **Infraestrutura Produtiva local**. Portanto, em linhas gerais, a configuração do programa é consolidar os projetos implantados, atrair novos, contribuir para o estabelecimento de um sistema de governança em Tecnologia e Inovação, buscando criar novos postos de trabalho, melhorar o nível de renda e a qualidade de vida da população local.

Para fazer frente às áreas priorizadas e às demandas da Região, a Autarquia percebeu que novas unidades administrativas deveriam ser criadas. A partir desse entendimento, ganhou corpo à necessidade de estruturação de unidades administrativas específicas, voltadas para essas novas frentes. Com isso, foram criadas as coordenações Gerais de Gestão Tecnológica (CGTEC), de Comércio Exterior (COGEX) e de Promoção Comercial (COGPC). Com a criação dessas novas unidades a Autarquia fortaleceu e intensificou suas atividades na área de **INSERÇÃO INTERNACIONAL**, principalmente no que se refere à divulgação das potencialidades da região e das oportunidades de negócios daí decorrentes; de **ATRAÇÃO** de novos projetos para o Polo Industrial de Manaus. Concomitante a isso, voltou-se para o fortalecimento um sistema de governança de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação (ECTI) na região em parceria com outras instituições locais que também atuam na área, sem, contudo, se descuidar das questões relacionadas com a logística, tanto no PIM quanto nos demais espaços da sua área de atuação.

**a) Principais ações do programa PIM na Área Estratégica “TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (T&I)”**

No âmbito da área estratégica de Tecnologia e Inovação a SUFRAMA, em 2011, procurou dar continuidade às ações de fortalecimento da governança regional em Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação (ECTI), em parceria com instituições afins atuantes na região, esforço que é estendido à toda a sua área de atuação na Amazônia Ocidental e aos municípios de Macapá e Santana, no Estado do Amapá. A governança de que se fala seria um espaço institucional destinado a harmonizar e impulsionar as ações da Autarquia nessa área, buscando com isso, ampliar a competitividade e a produtividade da economia regional. Fazem parte desse conjunto de ações projetos de natureza estruturante como o Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA), o Centro de Tecnologia da Amazônia (CT-PIM), bem como outras atividades desenvolvidas pela Autarquia relacionadas com as funções do Comitê das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia - CAPDA, instituição responsável por regulamentar os benefícios fiscais concedidos às empresas de bens de informática que investem em atividades de pesquisa e desenvolvimento na Zona Franca de Manaus. Atualmente, encontra-se em processo de acompanhamento pela SUFRAMA, resultante da edição da Resolução nº 02, de 12 de março de 2004, vários “programas prioritários”, objeto de ações do PAT no exercício.

O resultado físico das principais ações que integram esse seguimento podem ser visualizados na sequência:

Ação 1.1.1 (IMPLEMENTAÇÃO DO CENTRO DE BIOTECNOLOGIA DA AMAZÔNIA-CBA) - esta ação deriva da macro-ação 2092 - DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS E PROCESSOS NO CENTRO DE BIOTECNOLOGIA DA AMAZÔNIA - CBA, inscrita no PPA/2008/2011, com recursos financeiros liberados em 2011, da ordem de R\$ 500.000,00. A ação visava em 2011, avançar com o processo de estruturação do CBA de forma a consolidar as ações do seu Projeto Estruturante, o que em termos práticos envolvia desenvolver as seguintes atividades: a) acompanhamento da definição do modelo de gestão, b) fazer a adequação da infraestrutura laboratorial e das unidades de apoio técnico e tecnológico mediante aquisição e instalação de novos equipamentos, c) realizar a adequação da infraestrutura predial para a recepção de novos laboratórios com a aquisição e instalação de equipamentos. Ressalte-se que este item remanescente do ano anterior deixou de ser realizado por insuficiência de recursos financeiros, d) seleção, contratação e treinamento de recursos humanos necessários para o desenvolvimento das atividades do centro, e e) ampliação das parcerias integrantes da Rede de Laboratórios Associados. Das etapas (metas físicas) previstas foram realizadas 84,9%. Persiste a indefinição do modelo de



gestão, ou seja, a proposta de definição do projeto como Empresa Pública ainda encontra-se no Ministério do Planejamento e vem sendo acompanhada. Os principais dificultadores foram a não liberação de recursos para investimentos e a necessidade de identidade jurídica para o andamento do processo. De janeiro a dezembro foram realizados 20 (vinte) cursos dos 25 previstos, além de palestras e seminários. Em função das restrições orçamentárias os cursos se restringiram aos colaboradores envolvidos com as atividades finalísticas mais urgentes do centro, os demais participam de cursos e treinamentos com recursos próprios.

Ação 1.1.2 (IMPLEMENTAÇÃO DA INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA DO CT-PIM) - Trata-se de ação desmembrada da ação 5080 - IMPLANTAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO DO PÓLO INDUSTRIAL DE MANAUS, inscrita no PPA, com orçamento aprovado (LOA2011) da ordem de R\$ 1.720.000,00 (um milhão, setecentos e vinte mil), dos quais foi efetivamente liberado no exercício, R\$ 1.150.000,00. A ação visava desenvolver, em 2011, as seguintes atividades dentre as quais destacam-se: a) estruturação e implementação de 02 cursos para treinamento de recursos humanos, b) acompanhamento de mestrado em micro sistemas e circuitos analógicos integrados, c) acompanhamento do processo de implantação do projeto "Design House", d) acompanhamento do processo de implantação do laboratório de "Confiabilidade" e, e) acompanhamento do processo de implantação do laboratório de "TV analógica e digital". Em termos gerais, 91% das metas físicas planejadas para o exercício foram realizadas, entretanto, há que se ressaltar as dificuldades decorrentes da liberação intempestiva dos recursos financeiros previstos, situação que vem comprometendo a realização do cronograma estabelecido para a ação, postergando etapas importantes do projeto.

Ação 1.1.3 (IMPLANTAÇÃO PARCIAL DO PARQUE TECNOLÓGICO DO CT-PIM) - Trata-se de outra ação derivada da ação 5080 - IMPLANTAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO DO PÓLO INDUSTRIAL DE MANAUS, inscrita no PPA. Tal como a ação 1.1.2, também visa fortalecer o sistema local de ciência, tecnologia e inovação, no que diz respeito à construção física das Unidades do projeto CT-PIM. No PAT/2011 foram previstas o desenvolvimento das seguintes etapas: a) elaboração dos projetos básicos e executivos das unidades de Gestão Estratégica, Inovação em Produtos e Desenvolvimento Empresarial, b) aprovação dos projetos básicos e executivos das unidades de Gestão Estratégica, Inovação em Produtos e Desenvolvimento Empresarial e, c) seleção e contratação de empresa para construção da primeira etapa. O índice de 40,05% de execução física indica que não houve avanços na execução de parte das etapas previstas para 2011. Esse índice alcançado corresponde à elaboração dos projetos de engenharia das unidades de Gestão Estratégica, Inovação em Produtos e Desenvolvimento Empresarial. Os



projetos foram apresentados para empresas fabricantes de bens de informática, visando à obtenção de aportes adicionais de recurso para sua implantação. Restrições relacionadas com a liberação do terreno destinado à implantação dos projetos levaram a ajustes e adequações dos projetos de engenharia elaborados.

Ação 1.1.4 (ACOMPANHAMENTO DOS INVESTIMENTOS EM P&D E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL PARA A ATRAÇÃO DE PARCERIAS VISANDO O DESENVOLVIMENTO CONJUNTO DE PROGRAMAS E PROJETOS DE P&D) - Como indicado pelo título da ação, trata-se das principais atividades regimentais desenvolvidas pela Coordenação Geral de Gestão Tecnológica - CGTEC. Em 2011 a unidade administrativa tentou intensificar o processo de articulação e o estabelecimento de parceria com órgãos e entidades públicas e privadas afins atuantes na região, buscando atender as demandas da área. As principais atividades prevista em 2011, no PAT/2011, foram as seguintes: a) emissão de pareceres e notas técnicas para avaliação dos Planos de Utilização de Recursos (PUR) de projetos enquadrados nos programas prioritários, b) emissão de Relatório de Avaliação de Desempenho para fins de manutenção do credenciamento de instituições no CAPDA, c) elaboração do Manual do Investimento em P&D e, d) realização de visitas técnicas a instituições de Ensino e Pesquisa no país e no exterior. O índice de realização 66,2% pode ser considerado razoável se considerarmos que trata-se de atividade de acompanhamento. Há que se ressaltar, entretanto, a existência de restrições relacionadas com a carência de pessoal técnico qualificado necessário para o desenvolvimento das atividades regimentais da CGTEC, bem como, com a restrição de recursos orçamentários fato que vem se agravando nos últimos anos.

Programas Prioritários:

O acompanhamento dos programas prioritários no PAT/2011 ocorreu por meio de ações que receberam como título o nome de cada programa em processo de monitoramento. São elas as ações 1.1.5, 1.1.6, 1.1.7, 1.1.8, 1.1.9, 1.1.10 e 1.1.11. Essas ações são responsáveis pelo desenvolvimento dos seguintes programas prioritários: a) **Rede Estadual de Ensino e Pesquisa do Amazonas** (REPAM), sob a coordenação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM, b) **Desenvolvimento Energético Amazônico** (PRODEAM), sob a coordenação da Fundação de Apoio Institucional Rio Solimões – UNISOL, c) **TV Digital Interativa**, sob a coordenação da Unidade de Gestão Estratégica - UGE do Centro de Ciência, Tecnologia e Inovação do Pólo Industrial de Manaus (CT-PIM), d) **Tecnologia Industrial Básica** – (TIB), sob a coordenação da FAPEAM, e) **Desenvolvimento de Software na Amazônia** –



(AMAZONSOFT), sob a coordenação do CT-PIM, e) **Microeletrônica e Microsistemas da Amazônia** (PMMA), sob a coordenação do CT-PIM, e f) **Desenvolvimento de Bioindústrias na Amazônia** (PRODEBIO-AM), sob a coordenação da UNISOL.

São programas credenciados pelo CAPDA, portanto, aptos a receber recursos tanto da Lei nº 8.387/91 (Lei de informática) quanto da Resolução CAS nº 301/2010 (decorrente da política de PPB). O programa prioritário de **Tecnologia Industrial Básica - TIB** foi o único que até o momento, ainda não recebeu qualquer aporte de recursos financeiros. Desde sua instituição até dezembro de 2011, os Programas Prioritários receberam aproximadamente R\$ 11,8 milhões. Na 37ª Reunião Ordinária do CAPDA realizada em dezembro de 2010, foi identificada a necessidade de revisão geral dos programas prioritários selecionados, entretanto, devido à mudança de governo ocorrida no ano de 2011, foram realizadas somente duas reuniões, ficando as decisões sobre o assunto postergadas para o exercício de 2012. No que se refere aos resultados, de modo geral pode-se dizer que o andamento desses programas prioritários em 2011, foi prejudicado pelas razões exposta acima, ou seja, pela ausência de atividade do CAPDA ao longo do exercício, que terminaram por postergar as suas decisões, terminando por impactar de forma negativa as atividades relacionadas com os programas.

b) Principais ações do programa PIM na Área Estratégica “INSERÇÃO INTERNACIONAL”

Como uma das vertentes prioritárias da Autarquia no período (2003 a 2011), a área de Inserção Internacional tem sido o carro chefe do programa Polo Industrial de Manaus (PIM). As atividades desenvolvidas nessa área alcançaram seu ponto máximo com a realização da Feira Internacional da Amazônia em Manaus (VI FIAM), em outubro de 2011. Há que se ressaltar a importância da realização dos eventos pré-feira ou as atividades que a precedem. São eventos com dupla função, porque ao tempo em que promovem, divulgam a região e seu potencial de negócios, também atraem investidores na forma de novos projetos para o PIM e para toda a Amazônia Ocidental.

Processos Negociadores: DEFESA DE TEMAS DE INTERESSE DA ZFM



Outro segmento relevante no âmbito da área de Inserção Internacional diz respeito às atividades relacionadas com a defesa dos interesses do modelo ZFM na esfera das negociações internacionais. Trata-se de ações de caráter preventivo com o intuito de acompanhar os processos negociadores levados a efeito pelo Brasil no âmbito das relações externas. Em termos práticos, as atividades desenvolvidas em 2011, consistiram na articulação de atividades com o objetivo de minimizar os impactos das decisões sobre a competitividade dos produtos fabricados na região, subsidiando os negociadores brasileiros com informações técnicas sobre o modelo ZFM. No que se refere especificamente às negociações externas, o PAT/2011 contou com as ações 1.2.1, 1.2.2, 1.2.3 e 1.2.4, todas voltadas para a defesa dos interesses da região. As atividades desenvolvidas nesse segmento estão relacionadas a seguir:

- realização de seminário sobre o tema A "AMAZÔNIA E SUAS FRONTEIRAS NO CONTEXTO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL E DO COMÉRCIO EXTERIOR", organizado no âmbito da VI Feira Internacional da Amazônia - FIAM;
- aprovação pelo Comitê Técnico nº 1, de projeto de resolução de proposta em favor do produto ar condicionado tipo “split-system”, NCM 8415.90. A proposta atende às expectativas das empresas do Polo Industrial de Manaus no que se refere à Tarifa Externa Comum (TEC). O produto passa a contar com uma classificação tarifária exclusiva para as unidades Evaporadora e Condensadora desse tipo de aparelho, ou seja, a mesma do aparelho de ar condicionado “split-system” completo;
- especificamente no âmbito do MERCOSUL, ressalta-se a participação efetiva da Autarquia na análise e no monitoramento de matérias que poderiam gerar impactos na produção do PIM como as reuniões sobre a Eliminação da Dupla Cobrança da TEC e a Valoração Aduaneira no âmbito do Grupo Mercado Comum (GMC) e da Comissão de Comércio do MERCOSUL (CMC).

Missões Nacionais e Internacionais

São eventos que em termos gerais busca contribuir com o processo de abertura de novos mercados, estimular as exportações, atrair investidores para a região e ao mesmo tempo, divulgar o modelo ZFM e a FIAM. Em 2011, o PAT contou com a ação 1.3.2, voltada especificamente para essas atividades, mediante a qual a Autarquia participou de cerca de 20 eventos no país e no exterior conforme listado abaixo:

Evento: XIV CONVENÇÃO E FEIRA INTERNACIONAL DE INFORMÁTICA,

Data/local: De 07 a 11/02/2011, na cidade de Havana, Cuba.



Objetivo: Conhecer as últimas novidades em soluções de informática, software, telecomunicações eletrônica. A participação no evento representou oportunidade para conhecer, interagir e adquirir conhecimentos e experiência na área de TIC nos quesitos de segurança, utilidade, benefícios no gerenciamento, controle em órgãos governamentais.

Evento: EXPOCOMER 2011

Data/Local: De 23 a 26/03/2011 na cidade do Panamá, Panamá

Objetivo: Divulgação da VI Feira Internacional da Amazônia e produtos regionais com potencial exportador.

Evento: FEIRA INDUSTRIAL DE HANNOVER 2011

Data/Local: De 04 a 08/04/2011, na cidade de Hannover, Alemanha)

Objetivo: Atrair investimentos para Zona Franca de Manaus e divulgar a realização da VI Feira Internacional da Amazônia - FIAM

Evento: 75ª FEIRA INTERNACIONAL DE ARTESANATO

Data/Local: De 30/04 a 08/05/2011, na cidade de Florença, Itália.

Objetivo: Divulgação da VI Feira Internacional da Amazônia e produtos regionais com potencial exportador.

Evento: VISITA DO GRUPO "EL CORTE" AO ESTADO DO AMAZONAS

Data/Local: De 20 a 22/05 em Manaus, no Estado do Amazonas.

Objetivo: Aquisição de produtos do artesanato local/regional para comercialização na Europa.

Evento: **MISSÃO EMPRESARIAL À ESPANHA E ITÁLIA** (o evento foi organizado pelo Departamento de Promoção Comercial e Investimentos do Ministério das Relações Exteriores, em parceria com a Secretaria Especial de Portos e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários).

Data/Local: De 23/05 a 27/05/2011, nas cidades de Barcelona (Espanha) e Roma (Itália).

Objetivo: Apresentar o Plano de Crescimento do Segmento Náutico e Naval no Amazonas, atrair novos investimentos para a Amazônia Ocidental e divulgação do modelo ZFM.

Evento: MISSÃO AO SURINAME

Data/Local: De 14 a 16/06, na cidade de Suriname, Paramaribo.

Objetivo: Divulgação da VI Feira Internacional da Amazônia e de produtos regionais com potencial exportador.



Evento: FEIRA INTERNACIONAL DO ARTESANATO

Data/Local: 25/06 a 03/07, na cidade de Lisboa, Portugal.

Objetivo: Viabilizar a comercialização e promoção do artesanato amazonense dentro da perspectiva geração de emprego, renda e qualificação de artesões do Projeto Amazonas Sustentável. Divulgação da VI Feira Internacional da Amazônia e de produtos regionais com potencial exportador.

Evento: 8ª OFICINA DE TRABALHO DA REDE NACIONAL SOBRE INVESTIMENTO - RENAI

Data/Local: De 01 a 02/06/2011, na cidade de Brasília.

Objetivo: Participação em Palestras e Divulgação da VI Feira Internacional da Amazônia.

Evento: 7ª CONFERÊNCIA MUNDIAL DO GLOBAL CONSORTIUM OF HIGHER EDUCATION AND RESEARCH FOR AGRICULTURE – GCHERA

Data/Local: De 25/06 a 02/07, nas cidades de Beauvais (França), Chemnitz (Alemanha) e Bruxelas (Bélgica).

Objetivo: Participar de eventos, reuniões e visitas técnicas objetivando a divulgação da VI Feira Internacional da Amazônia e de produtos regionais com potencial exportador.

Evento: 63º REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC)

Data/Local: De 10 a 15/07/2011, na cidade de Goiânia/GO.

Objetivo: Divulgação da VI Feira Internacional da Amazônia e de produtos regionais com potencial exportador.

Evento: 7ª NATURALTECH - (FEIRA INTERNACIONAL DE PRODUTOS ORGÂNICOS E AGROECOLOGIA) E 7ª BIO BRAZIL FAIR 2011 - (FEIRA INTERNACIONAL DE ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL, PRODUTOS NATURAIS E SAÚDE)

Data/Local: De 21 a 24/07/2011, na cidade de São Paulo/SP.

Objetivo: Divulgação da VI Feira Internacional da Amazônia e de produtos regionais com potencial exportador. Os eventos constitui-se em oportunidades para as micro e pequenas empresas regionais conhecerem as tendências de mercado e participarem de rodadas de negócios com possibilidade de estabelecer parcerias e negócios na área de exportação.

Evento: 8ª NAVALSHORE – FEIRA E CONFERÊNCIA DA INDÚSTRIA NAVAL E OFFSHORE



Data/Local: De 03 a 05/08/2011, na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

Objetivo: Atrair investidores para o Polo Naval do Amazonas e oferecer às empresas locais do setor a oportunidade de participar de exposição da indústria naval, nacional e internacional, além de divulgar a VI Feira Internacional da Amazônia.

Evento: **SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ZONAS FRANCAS “COMÉRCIO SUSTENTÁVEL, COMPETITIVO E COM VISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL NAS ZONAS DE FRONTEIRAS COLÔMBIA, BRASIL E PERU”**

Data/Local: De 17 a 19/08/2011 na cidade de Letícia na Colômbia.

Objetivo: Participar do seminário, discutir medidas de segurança nas áreas de fronteira. O encontro é resultado de um pleito feito pela Receita Federal da Colômbia, localizada na cidade de Letícia, à SUFRAMA.

Evento: **30º ENCONTRO NACIONAL DE COMÉRCIO EXTERIOR - ENAEX**

Data/Local: De 18 e 19/08/2011 na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

Objetivo: Participar de palestras e painéis de Comércio Exterior, além de propiciar o intercâmbio de informações. O evento constitui-se em oportunidade para o estabelecimento de diálogo entre diferentes segmentos empresariais e autoridades do governo na busca de soluções para os problemas enfrentados por exportadores, importadores, agentes e operadores que atuam na cadeia de negócios do comércio internacional.

Evento: **XVI WAIPA WORLD INVESTMENT CONFERENCE (WIC 2011)**

Data/Local: De 5 a 6/09/2011 na cidade de Genebra, Suíça.

Objetivo: Discutir o crescimento sustentável e as mudanças nos fluxos de investimentos futuros - em consequência da crise financeira e das oportunidades oferecidas pelas transformações globais do poder de compra.

Evento: **1ª FÓRUM DE NEGÓCIOS MULTILATERAIS DO MERCOSUL**

Data/Local: De 15 a 17/09/2011 na cidade de Olinda/PE.

Objetivo: Promover negócios e debates atraindo empresários de todas as regiões, incluindo países vizinhos, incentivando parcerias e o aporte de investimentos. A SUFRAMA participou do painel 2 com a palestra “A integração de cadeias produtivas: a experiência da ZFM”.

Evento: **ENCONTRO ECONÔMICO BRASIL-ALEMANHA**

Data/Local: De 18 a 20/09/2011, na cidade do Rio de Janeiro/RJ.



Objetivo: Organizado pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro e realizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) em parceria com a sua congênere alemã BDI e apoio da Câmara de Comércio Brasil-Alemanha. O evento teve como objetivo debater oportunidades mútuas para ampliação da corrente de comércio, de investimentos e propostas para o avanço da cooperação tecnológica entre os dois países.

Evento: **51ª EDIÇÃO DO GENOA INTERNATIONAL BOAT SHOW**

Data/Local: 3 a 4/10/2011 na cidade de Gênova na Itália.

Objetivo: Divulgar as potencialidades do pólo naval da ZFM e prospectar investimentos e parcerias para a região.

Evento: **SALÃO DUAS RODAS**

Data/Local: De 03 a 03/10/2011 na cidade de São Paulo/SP.

Objetivo: Divulgação da VI Feira Internacional da Amazônia e de produtos regionais com potencial exportador.

Feira Internacional da Amazônia (FIAM)

O esforço institucional na área de Inserção Internacional, em 2011, teve seu ponto culminante com a realização da **VI FEIRA INTERNACIONAL DA AMAZÔNIA (VI FIAM)**, objeto da ação 1.3.1, cujo objetivo geral é divulgar a Amazônia e seus produtos e, ao mesmo tempo, atrair novos investidores para a região. Realizada no período de 26 a 29 de outubro de 2011, o evento ocupou espaço físico de 11.500 m² e contou com extensa programação envolvendo:

- realização de 14 (quatorze) seminários onde foram debatidos temas estratégicos em áreas diversas de interesse da região;
- realização de Rodadas de Negócios para empresas dos seguimentos de produtos regionais diversos como artesanato, bijuterias, confecções, fitoterápicos, alimentos, bebidas, móveis entre outros;
- 382 (trezentos e oitenta e dois) expositores;
- 195 (cento e noventa e cinco) estandes;
- jornada de 14 (quatorze) seminários sobre temas diversos (turismo, economia, tecnologia e inovação, meio ambiente e sustentabilidade, integração regional e sustentabilidade, contas regionais, aquicultura, soluções energéticas e sustentáveis, entre outros) envolvendo diretamente cerca de 1500 participantes;



- rodadas de negócios com 26 empresas âncoras (compradoras) e 136 empresas ofertantes (vendedoras);
- expectativa de que as transações resultem na efetivação de US\$ 13 milhões de dólares no curto prazo e US\$ 26 milhões em negócios futuros;
- na área de turismo destaque-se a realização de rodada de negócios com 22 *buyers* (empresas demandantes de serviços na área ou compradores) e 38 *suppliers* (fornecedores de serviços na área);
- no salão de negócios criativos foi registrada a análise de 11 planos de negócios correspondente a igual número de investidores.

c) Principais ações do programa PIM Na Área Estratégica “GESTÃO DE INCENTIVOS FISCAIS”

A área prioritária de gestão de incentivos fiscais corresponde à principal função da autarquia. Ao cumprir essa função legal a SUFRAMA está autorizada, por força da Lei nº 9.960, de 28 de janeiro de 2000, a cobrar pelos serviços disponibilizados aos agentes econômicos, o recolhimento da Taxa de Serviços Administrativos (TSA). É esse segmento que abriga as principais atividades da Autarquia relacionadas com a aprovação, o monitoramento de projetos e o controle do ingresso de mercadorias incentivadas (nacional e estrangeira) na sua área de atuação.

O PAT/2011 contemplou, nesta área prioritária, as ações (1.4.1), (1.4.2), (1.4.3), (1.4.4) e (1.4.5). Ainda nesta área a Autarquia vem tentando implementar outras atividades complementares de apoio à logística, ou seja, ações voltadas para a manutenção e provimento de infraestrutura (do distrito industrial) destinada a atender aos projetos implantados, aos novos projetos aprovados e as demandas da função controle de mercadoria, objeto das ações (1.5.1), (1.5.2) e (1.5.3). São apresentadas a seguir, a síntese das atividades e os resultados das ações desse segmento, ocorridos no exercício de 2011:

Ação 1.4.1 (ANÁLISE E ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE FIXAÇÃO DE PROCESSOS PRODUTIVOS BÁSICOS- PPB) - Como o próprio título sinaliza, trata-se de ação cujo objetivo é reduzir o tempo entre a solicitação de fixação ou de alteração de Processo Produtivo Básico (PPB) e a sua efetiva publicação em Diário Oficial da União (DOU), buscando dar celeridade aos procedimentos de aprovação ou alteração e, ao mesmo tempo, compatibilizá-lo com as demandas de mão de obra, de investimento e de absorção de tecnologia. No exercício de 2011 foram finalizados 33 (trinta e três) processos referentes à fixação ou alteração de Processos Produtivos



Básicos (PPB) para produtos. Ao final do exercício, encontravam-se em fase de análise pelo Grupo de Trabalho de PPB (GT-PPB), 98 (noventa e oito) propostas de fixação/alteração de PPB, dos quais 25 (vinte e cinco) referem-se ao exercício de 2011 e o demais a anos anteriores.

Ação 1.4.2 (ANÁLISE E APROVAÇÃO DE PROJETO DE IMPLANTAÇÃO, ATUALIZAÇÃO, DIVERSIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO PARA OBTENÇÃO DE INCENTIVOS FISCAIS) - trata-se da ação considerada o “substrato” da atividade de gestão de incentivos fiscais. É também um dos instrumentos de que dispõe a Autarquia para atrair novos empreendimentos para o Pólo Industrial de Manaus e para a Amazônia Ocidental (quando tratar-se de projetos enquadrados no regime do Decreto-Lei 1.435, ou seja, empreendimentos que utilizem matérias-primas regionais). Em 2011, a ação registrou como resultado dessas atividades aprovação de 231 (duzentos e trinta e um) projetos industriais, dos quais 94 são de implantação ou projetos novos, e 137 (cento e trinta e sete) são projetos enquadrados na modalidade diversificação/atualização/ampliação. A expectativa é que esse conjunto de projetos, ao nível do 3º ano, contribua para a geração de 6.814 (seis mil, oitocentos e quatorze) novas oportunidades de emprego, investimentos de US\$ 2,9 bilhões e exportação equivalente a US\$ 84 milhões.

Ação 1.4.3 (RESERVA DE LOTES DE TERRA E ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA E AMBIENTAL, REFERENTES A EMPREENDIMENTOS INDUSTRIAIS E DE SERVIÇOS NO DISTRITO INDUSTRIAL DE MANAUS) - a oferta de infraestrutura para a implantação de projetos no PIM é um dos elos da política de atração de investimentos administrados pela SUFRAMA. Trata-se de mais um benefício de natureza extrafiscal, disponibilizado às empresas e que há muito tempo faz parte da sua cesta de benefícios oferecidos aos empreendimentos que se implantam no parque industrial local; é mais um elemento de reforço às vantagens comparativas incidentes sobre a decisão de investir na ZFM. Ao mesmo tempo, pode ser visto como fator que tem contribuído para o ordenamento urbano da cidade de Manaus, na medida em que possibilita a concentração, em espaço único, das atividades de produção facilitando o fluxo de pessoas, insumos, produtos e serviços das cadeias produtivas do sistema PIM. A Autarquia, nos últimos anos, vem enfrentando dificuldades não só na manutenção dessas áreas, mas também na oferta de infraestrutura nova ocasionado por fatores diversos. Por um lado, as condições climáticas (inverno) que só permitem atacar os problemas da manutenção dos Distritos (agropecuário e industrial) em parte do ano (6 meses praticamente). Por outro, a política de contingenciamento dos recursos não tem permitido à Autarquia atacar atender todos os projetos, obrigando-a a postergá-los. Entretanto, há que se reconhecer que o provimento de infraestrutura para a implantação de novos projetos, nos últimos anos, tem recebido pouca atenção



da Autarquia. O esforço de atuação da Autarquia deu-se no segmento de atração de novos investimentos e descuidou-se da oferta de infraestrutura para os (novos) projetos atraídos. No período de 2001 a 2011 foram aprovados pelo Conselho de Administração da Autarquia, 955 (nove centos e cinquenta e cinco) novos projetos de "implantação" que certamente contarão com infraestrutura adequada para a instalação das duas plantas fabris.

Levantamento superficial das informações registradas no âmbito desta ação (1.4.3 no PAT/2011), responsável pela "**emissão de termo de reserva de área**" para implantação de novos projetos no Distrito Industrial, nos dão conta de que da demanda por infraestrutura para implantação de (novos) projetos, apenas 33% (cerca de 318) das solicitações formuladas pelas empresas em 2011, foram atendidas, isto é, houve um déficit de 67% das solicitações das empresas que deixou de ser atendida, significando dizer que investimentos, novos postos de trabalho e "recitas" deixaram de ser gerados. A unidade administrativa responsável pela ação (CGPRI) não informa (no Sistema de Informações Gerenciais do PAT - SIGPAT) detalhes sobre os dados, mas estes por si só, indicam que houve afrouxamento da política da Autarquia nesse setor. O fato pode suscitar interpretações diversas sobre o assunto, como por exemplo, se a oferta de infraestrutura ainda faz parte da "cesta de incentivos" da Autarquia às empresas que queiram investir no Polo Industrial de Manaus.

Ação 1.4.4 (ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE PROJETOS INDUSTRIAIS) - Esta ação objetiva monitorar a contrapartida das empresas que usufruem dos incentivos fiscais aprovados pelo CAS. A SUFRAMA utiliza diversos instrumentos nas várias fases do processo de monitoramento dos projetos, isto é, da fase inicial de reserva de lote de terra para construção das instalações até à fase de produção propriamente dita. São instrumentos de monitoramento dos projetos aprovados: os laudos de Operação (LO), de Produção (LP); Laudos Técnicos de Auditoria Independente (LTAI); Certificado de qualidade, Relatórios de Auditoria, etc. Em 2011, foram emitidos 107 (cento e sete) Relatórios de Auditoria de Projetos (RAP), que é o documento mediante o qual a Autarquia afere a execução dos compromissos assumidos pela empresa por ocasião da aprovação do seu projeto, principalmente os relacionados com a criação de empregos, investimentos, absorção de tecnologia, exportação, dentre outros.

Ação 1.4.5 (ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DOS SERVIÇOS DE MERCADORIAS NACIONAIS E CADASTROS DA ZONA FRANCA DE MANAUS E DEMAIS ÁREAS INCENTIVADAS) - Esta ação integra o conjunto de atividades operacionais realizadas na área



estratégica de Gestão de Incentivos fiscais. O seu objetivo é uniformizar procedimentos operacionais e contribuir para o aprimoramento do controle e segurança dos processos de cadastros e de controle do ingresso de mercadorias nacionais na Zona Franca de Manaus, seja na forma de produtos para consumo, seja na forma de insumos para uso das empresas no Polo industrial de Manaus.

d) Principais ações do programa PIM Na Área Estratégica “GESTÃO DE INCENTIVOS FISCAIS, no segmento de apoio à logística”:

As atividades de Gestão de Incentivos fiscais são complementadas, na prática, por outras atividades específicas como, por exemplo, a de apoio ao desenvolvimento da logística que permite à Autarquia prover condições para a implantação e posteriormente à manutenção dos projetos implantados. São atividades relacionadas com as ações (1.5.1), (1.5.2) e (1.5.3). Esta última visa reforçar a infraestrutura operacional da área de controle de mercadoria no Polo Industrial de Manaus, cujas situações são descritas a seguir:

Ação 1.5.1 (MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO DISTRITO INDUSTRIAL DE MANAUS) - trata-se de ação cujo objetivo é fazer a manutenção e conservação da infraestrutura do sistema viário do Distrito Industrial e sua área de expansão, de modo a permitir que os projetos industriais e de serviços ali instalados tenham condições de dar continuidade às suas atividades produtivas. Em 2011, essas atividades de manutenção foram desenvolvidas com relativa dificuldade em razão das restrições de recursos orçamentários e financeiros. Some-se a isso a existência de restrições de ordem climáticas, ou seja, o fato das atividades de manutenção e conservação só poderem ser executadas com eficiência durante o verão, que na região dura aproximadamente seis meses.

O escopo da ação, dada a sua natureza, sinaliza também para a questão do “compartilhamento” das responsabilidades ou obrigações no que se refere às atividades envolvidas nas atividades desta ação, na medida em que o seu fim está intimamente ligado à questão de não tratar-se ação, agora, tão somente de um incentivo extrafiscal ou de uma vantagem comparativa a ser ofertada às empresas, mas de uma obrigação para com aqueles projetos que já efetivaram seus investimentos e que, portanto, prescindem obviamente dessa infraestrutura para dar continuidade às suas atividades produtivas. O fato não só aumenta as obrigações e responsabilidades da Autarquia, mas também do Município de Manaus e do Governo do Estado, também beneficiários do projeto ZFM.



Ação 1.5.2 (REVITALIZAÇÃO E EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA DO DISTRITO INDUSTRIAL DE MANAUS) - projeto objetiva refazer ou recuperar o revestimento asfáltico do sistema viário do Distrito Industrial de Manaus, já muito gasto pelo tempo e pelo uso, uma vez que o sistema viário atual, dado principalmente ao intenso tráfego de veículos pesados, não mais possui as condições técnicas para suportar o esforço a que é submetido diariamente. Por outro lado, há a necessidade urgente de se fazer a expansão da sua infraestrutura de modo a garantir a implantação dos novos projetos aprovados pelo CAS. Em 2011, foi realizada a revisão do projeto básico necessário para a contratação do Projeto Executivo. As atividades desenvolvidas no âmbito da ação envolveram também a realização de estudo visando à definição de área destinada a preparação de infraestrutura para a instalação de novos projetos industriais e de serviços. Em termos práticos, trata-se de uma área onde seria construído o Distrito Industrial nº 3 da Cidade de Manaus. O resultado do estudo definiu três áreas no Distrito Agropecuário da Suframa (na BR-174), que podem ser utilizadas para a implantação de um novo Distrito Industrial. No Plano Plurianual para o quadriênio 2012/2015 (PPA-2012/2015), foi inscrita ação nesse sentido, isto é, no conjunto de ações da SUFRAMA propostas para o novo PPA, existe ação objetivando o provimento infraestrutura para a implantação novos projetos que, no entanto, não foi priorizada no orçamento de 2012.

Ação 1.5.3 (CONSTRUÇÃO DA NOVA CENTRAL DE FISCALIZAÇÃO DE MERCADORIA) – trata-se de projeto que visa a melhorar a infraestrutura na Zona Franca de Manaus, destinada ao controle do ingresso de mercadoria, buscando-se com isso, maior dinamismo do fluxo das atividades desenvolvidas nesse segmento e o melhor atendimento aos usuários dos serviços ofertados pela SUFRAMA. Em 2011, foram desenvolvidos estudos preliminares visando à identificação de área que atenda as condições de logísticas e espaço necessário para acomodar os usuários atuantes nessa área.



EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PROGRAMA PIM:

Indicador 1: TAXA DE VARIAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DO POLO INDUSTRIAL DE MANAUS - exprime a relação das exportações versus importações. Este indicador expressa as dificuldades de penetração dos produtos do Pólo Industrial de Manaus no mercado internacional. O principal inibidor de desempenho desse indicador está relacionado com a questão logística, agravada pela taxa de câmbio.

I - Taxa de Variação das Exportações do Polo Industrial de Manaus				
Índice de Referência (dez/2006)	Meta prevista para 2011	Realizado em 2011	Meta para 2012	Fórmula
25,05%	18,51%	7,45%	(*)	$\frac{\text{Exportação no ano}}{\text{Importação no ano}} \times 100$

Fonte: COPLA/CGPRO/SAP - SUFRAMA

(*) O ano de 2011 foi o último do PPA2008-2011 e, em consequência, o último ano do programa, tendo em vista que no PPA 2012-2015 somente os Ministérios terão programas sob sua responsabilidade, razão pela qual não há previsão do indicador para 2012.

Indicador 2: TAXA DE PARTICIPAÇÃO DO AMAZONAS NA ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS FEDERAIS DA 2ª REGIÃO FISCAL (AC, AM, AP, RO, RR E PA) - o acumulado de 2011 foi de 59,39 % alcançando 92,8% da meta estabelecida para 2011. Este desempenho, embora pouco abaixo da meta, continua demonstrando que não é só riqueza privada o resultado do PIM, mas antes de tudo ele se apresenta e tem se mantido como importantíssima base tributária, nas três esferas de Governo. Assim, o Estado do Amazonas continua como unidade da federação que é exportadora líquida de impostos e contribuições federais à União.

II - Taxa de Participação na Arrecadação de Tributos Federais na 2ª Região Fiscal				
Índice de Referência (dez/2006)	Meta prevista para 2011	Realizado em 2011	Meta para 2012	Fórmula
64,02%	64%	59,39%	(*)	$\frac{\text{Valor da Arrecadação do Tributo Federal no Amazonas}}{\text{Valor da Arrecadação do Tributo Federal na 2ª Região Fiscal}} \times 100$

(*) O ano de 2011 foi o último do PPA2008-2011 e em consequência também o último ano do programa, tendo em vista que no PPA 2012-2015 somente os Ministérios terão programas sob sua responsabilidade, razão pela qual não houve previsão do indicador para 2012.

Fonte: COPLA/CGPRO/SAP - SUFRAMA



Indicador 3: TAXA DE VARIAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA DO POLO INDUSTRIAL DE MANAUS - Em 2011, o desempenho desse indicador de 15,22% (acréscimo de 16.552 novos postos de trabalho) em relação a 2010 (quando o crescimento foi de 10.533 novos postos de trabalho em relação ao ano anterior). O incremento deste indicador é decorrente da retomada do crescimento da produção do Pólo Industrial de Manaus tanto para atendimento dos mercados interno como do mercado externo, somado às contratações decorrentes de novos projetos implantados. Destaca-se nesse ponto o setor Eletroeletrônico (incluindo Bens de Informática), responsável por 44,38% do valor faturado, bem como o setor de veículo de duas rodas - motocicletas e bicicletas - cuja cadeia produtiva é a mais integrada do Polo, razão por que a sua capacidade de geração de empregos é maximizada.

III - Taxa de Variação da Mão-de-Obra do Polo Industrial de Manaus				
Índice de Referência (dez/2006)	Meta prevista para 2011	Realizado em 2011	Meta para 2012	Fórmula
10,4%	4%	15,22%	(*)	$\frac{\text{Total de mão-de-obra do PIM no ano}}{\text{Total de mão-de-obra do PIM no ano anterior}} \times 100$

(*) O ano de 2011 foi o último do PPA2008-2011 e em consequência também o último ano do programa, tendo em vista que no PPA 2012-2015 somente os Ministérios terão programas sob sua responsabilidade, razão pela qual não houve previsão do indicador para 2012.

Fonte: COPLA/CGPRO/SAP - SUFRAMA



4. RESULTADOS FÍSICOS DO PROGRAMA (2.0) “INTERIORIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA SUFRAMA”.

O quadro abaixo apresenta a síntese das realizações do conjunto de ações que integram o programa 2.0 - INTERIORIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA SUFRAMA, distribuídas por subprogramas. O objetivo do quadro em referência é explicita o *status* do grupo de ações que integram os subprogramas e, de forma implícita, a situação das ações afetas a cada área ou subárea priorizada pela Autarquia, de acordo com os intervalos de execução (%) específicos definidos para fins de avaliação do programa no período em questão.

Demonstrativo de Realização das Metas Físicas do PAT/2011 RESUMO GERAL

Programa 2.0 - Interiorização do Desenvolvimento na Área de Atuação da SUFRAMA	Total de ações	AÇÕES REALIZADAS				Ações não iniciadas ou canceladas	Ações concluídas	Índice Médio de Execução registrado no SIGPAT (%)
		Até 25 %	De 26 a 50%	De 51 a 75%	Acima de 76 %			
ÍNDICE MÉDIO DO PROGRAMA	31	03	02	07	19	1	9	78,51
	31,3	9,68	6,45	22,58	61,29	3,23	29,03	
Subprog. 2.1. Desenvolvimento Sustentável Local	06	2	0	1	3	1	1	74,80
Subprog. 2.2. Gestão de Incentivos Fiscais	13	-	2	4	7	-	6	79,08
Subprog. 2.3. Atração de Investimentos	05	1	-	-	4	-	1	76,29
Subprog. 2.4. Comércio Exterior	04	-	-	1	3	-	2	90,40
Subprog. 2.5. Logística	03	-	-	1	2	-	-	72,00

Síntese analítica das informações:

Na análise do quadro acima, considerando os intervalos (%) de classificação de “status” das ações, chama atenção para o fato de 19 (dezenove) das 31 (trinta e uma) ou mais 60% das ações do programa terem alcançado índice acima de 76% de realização, 9 (nove) terem sido concluídas e apenas uma não iniciada e, por isso, cancelada. No outro extremo da escala de classificação de “status” das ações, tem-se 3 (três) ações do programa que ficaram com índice de execução inferior a 25%. A primeira, pertence ao subprograma “Atração de Investimentos”. Trata-se da ação (2.3.5) IDENTIFICAR E DIVULGAR EMPREENDIMENTOS AGROINDUSTRIAIS DE SUCESSO NO DISTRITO AGROPECUÁRIO DA SUFRAMA (DAS). O objetivo desta ação, na verdade,



era atualizar os dados sobre os projetos implantados no Distrito Agropecuário e disponibilizar no site da Autarquia. E como as atividades envolviam deslocamento de técnicos até o local dos projetos o que requeria algum dispêndio de recursos financeiros, não foi possível executar as etapas previstas para a ação. Porque era ano de realização da FIAM, os recursos liberados foram prioritariamente direcionados para aquele projeto. As outras duas pertencem ao Subprograma “Desenvolvimento Sustentável” que são as ações (2.1.1) APOIO A PROJETO DE DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA OCIDENTAL E ÁREAS DE LIVRE COMÉRCIO DE MACAPÁ E SANTANA/AP e, (2.1.5) APOIO À FORMULAÇÃO E DINAMIZAÇÃO DO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA RURAL NA AMAZÔNIA OCIDENTAL (cancelada). Quanto à ação (2.1.1), cujo índice executado foi de apenas 22%, vale fazer algumas considerações. Trata-se da principal ação do programa “INTERIORIZAÇÃO”, é através dela que a SUFRAMA executa a sua política de levar aos estados da sua área de atuação os benefícios do Polo Industrial de Manaus, aplicando, mediante convênio, parte dos recursos que arrecada em projetos de infraestrutura, de produção, capital intelectual, etc., em parceria com os estados, municípios e instituições sem fins lucrativo atuantes na região. Em 2011, não houve liberação de recursos para atender essa política, tanto que não houve a celebração de novos convênios, fato que é ratificado na sequência dos comentários gerais sobre o programa.

Considerações iniciais:

O programa é um dos instrumentos que Autarquia utiliza para dar sua contribuição ao processo de desenvolvimento da região, privilegiando o uso de matérias-primas regionais no desenvolvimento produtos e com isso contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população local. A atuação da Autarquia, que se dá de forma direta e/ou indireta em parceria com estados, municípios, órgãos ou entidades governamentais e ONGs, se materializa mediante aplicação de parte dos recursos arrecadados com a cobrança da TSA - Taxa de Administração de Serviços Administrativos junto às empresas, no financiamento de projetos de infraestrutura social e econômica (estradas vicinais, portos, aeroportos, entre outros.), capacitação de mão de obra, turismo, projetos de produção entre outros, a partir do processamento de matéria-prima regional.

No âmbito do PAT, que é o subsistema de planejamento de curto prazo, o índice de 78,5% realizado em 2011 é considerado muito bom. Esse índice de execução deve ser visto como resultado do esforço e da capacidade de realização das unidades administrativas responsáveis pela execução das atividades ou pelos processos vinculados diretamente às (macro) ações inscritas no PPA voltadas para os objetivos do programa. E como as ações do PAT são, na verdade, rotinas do dia-a-dia que resultam em procedimentos, articulações, estabelecimento de parcerias, não



dependem diretamente de recursos financeiros para serem realizadas. Por exemplo, procedimentos operacionais ou administrativos preparatórios para a execução de etapa de execução de um projeto, como a elaboração de “projeto básico” ou de um “termo de referência” visando à contratação de empresa especializada para a elaboração de projeto de engenharia e arquitetura são procedimentos que se enquadram nessa tipologia de atividade.

Por outro lado, o programa quando visto sob a perspectiva do PPA, em consequência da política de contingenciamento, experimentou no exercício de 2011 o seu maior nível de restrição de recursos comparativamente aos anos anteriores: 2008 (R\$ 148,76 milhões), 2009 (R\$ 203,69 milhões) 2010 (R\$ 248,02 milhões) e 2011 (R\$ 7,75 milhões). Tanto que no exercício de 2011, não houve assinatura de novos convênios visando atender as demanda região. Os recursos destinados ao programa foram para atender as demandas da ação Gestão e Administração Programa ou mais especificamente, os gastos com a política de comunicação da Autarquia.

a) Principais ações do programa “INTERIORIZAÇÃO” na Área prioritária “DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL”:

Nesta área estratégica prioritária o PAT2011 abrigou as ações 2.1.1, 2.1.2, 2.1.3, 2.1.4, 2.1.5 e 2.1.6. Esse conjunto de ações integra o núcleo de atividades da Autarquia voltadas para o objetivo do programa, que tem na ação 2.1.1, o seu principal instrumento de atuação. As atividades desta ação são complementadas por outras ações do programa que complementam as políticas da Autarquia nesta área prioritária. A seguir registramos as principais atividades das ações consideradas relevantes ocorridas em 2011:

Ação 2.1.1 (APOIO A PROJETO DE DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA OCIDENTAL E ÁREAS DE LIVRE COMÉRCIO DE MACAPÁ E SANTANA/AP) - apoiar a implantação de projetos de infraestrutura econômica que possibilitem criar condições para atrair investidores, estimular projetos de desenvolvimento vinculados às potencialidades regionais com vistas à geração de emprego e de renda, são os objetivos do desta ação. Na prática, esta política é executada utilizando-se o mecanismo de convênio com estados, municípios e instituições sem fins lucrativos. Em 2011, dado à política de contingenciamento adotada pelo governo federal (razão do índice de 22% apenas) não foi possível celebrar novos convênios. Em decorrência dessa situação, as atividades desenvolvidas pela Unidade Administrativa responsável pela ação restringiram-se às atividades de monitoramento dos projetos financiados em anos anteriores.



Ação 2.1.2 (ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO NA ÁREA SOB JURISDIÇÃO DA SUFRAMA) - trata-se da ação responsável pelo acompanhamento da execução dos projetos financiados via convênios. Já que não foi possível executar as metas da ação 2.1.1, pelas razões ditas acima foi possível, ao menos, o acompanhamento dos projetos em execução. O índice de 95% de realização corresponde ao desenvolvimento das seguintes atividades:

- acompanhados 130 projetos *in loco* dos quais 47 (quarenta e sete) projetos: sendo 31 (tinta e um) no Estado do Acre; 31 (trinta e um) no Estado do Amazonas; 06 (seis) no Estado do Amapá, 34 (trinta e quatro) no Estado de Rondônia, e 12 (doze) no Estado de Roraima;
- análise de processos de 59 (cinquenta e nove) licitatórios de projetos em execução;
- desbloqueio de recursos para atendimento de 78 (setenta e oito) projetos em execução;
- elaboração de 49 (quarenta e nove) Notas Técnicas e Informativas em atendimento as demandas internas e as solicitações dos Órgãos de Controle Externos relacionadas com o monitoramento de projetos;
- 43 (quarenta e três) atualizações de vigência "de ofício", e 116 (cento e dezesseis) análises de prorrogação de vigência por Termo Aditivo, totalizando 475 (quatrocentos e setenta e cinco) procedimentos de acompanhamento de convênios;
- execução de 07 (sete) contratos de repasse conforme descrição: CR N° 0160637 (PM de tabatinga), CR N° 0171303 (PM de Porto Velho), CR N° 0186513 (PM de Manaus), CR N° 0186523 (PM de Manaus), CR N° 0186522 (PM de Manaus), CR N° 186519 (PM de Manaus) e CR N° 186524 (PM de Manaus), sendo que os seis últimos com vigência prevista para encerrar em 2012;
- apreciação de 351 (trezentos e cinquenta e uma) prestações de contas parciais e finais; e
- análise de 187 relatórios apresentados pela CEF, sobre contratos de repasse, especificando ainda que 03 (três) estão em situação de Tomada de Contas Especial, 02 (dois) com a prestação de contas sendo analisadas, 06 (seis) em execução e 176 (cento e setenta e seis) com as prestações de contas aprovadas.

b) Principais ações do programa “INTERIORIZAÇÃO” na Área prioritária “GESTÃO DE INCENTIVOS FISCAIS”:

O Plano Anual de Trabalho, em 2011, abrigou 13 (treze) ações (códigos: 2.2.1, 2.2.2, 2.2.3, 2.2.4, 2.2.5, 2.2.6, 2.2.7, 2.2.8, 2.2.9, 2.2.10, 2.2.11, 2.2.12 e 2.2.13). São ações da área de gestão de incentivos fiscais relacionadas com a “aprovação” e o “controle” de projetos destinados à produção de bens que utilizam em seus processos produtivos “matéria-prima regional” e o



controle do ingresso de mercadorias e insumos nacionais incentivados na área de atuação da Autarquia. As principais ações que integram essa área realizaram as seguintes atividades:

Ação 2.2.1 (APROVAÇÃO DE PROJETOS DE PRODUÇÃO E APROVEITAMENTO DE MATÉRIAS-PRIMAS REGIONAIS PARA FRUIÇÃO DE INCENTIVOS FISCAIS) Trata-se de ação destinada a analisar e aprovar projetos de empreendimentos agropecuários e agroindústrias incentivados para implantação na área de atuação da Autarquia de interesse para o desenvolvimento socioeconômico da região. Em 2011 foram aprovados 35 (trinta e cinco) projetos, sendo: 2 (dois) de Implantação, 04 (quatro) de Regularização e 06 (seis) de Atualização. Esse conjunto de projetos deverá ocupar área total de 354,25 hectares, com a expectativa de geração de 31 empregos (entre fixos e temporários), investimentos da ordem de R\$ 2.686.358,44 e receita estimada em R\$ 3.423.278,06, ao final do período de implantação.

Ação 2.2.2 (ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE PROJETOS AGROPECUÁRIOS E AGROINDUSTRIAIS) - por conta desta ação foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- avaliação de 152 (cento e cinquenta e duas) avaliações socioeconômicas, das quais pode-se inferir como informação básica a criação efetiva de 477 postos de trabalho;
- vistoria de 05 (cinco) empreendimentos agroindustriais em implantação, com a criação de 65 (sessenta e cinco) postos de trabalho;
- realização de 446 (quatrocentos e quarenta e seis) “vistorias de acompanhamento de projetos” em vários estágios de implantação: produção diversificada de culturas (fruticultura, avicultura, piscicultura, suinocultura, etc.), e de beneficiamento de madeira.

Diferentemente do processo de controle de projetos industriais, os projetos do setor primário, pela sua natureza, requerem procedimentos e recursos específicos e peculiares a essa área como tempo de maturação, distância (dificuldade de acesso e escoamento da produção), requerem grandes espaços (glebas de terra), etc. Além do que estão sujeitos às intempéries, controle de pragas e exigências de controles ambientais rígidos impostos pela legislação. O controle de projetos (agropecuário, agroindustrial e de produção) de modo geral sofreram, em 2011, pesadas restrições relacionadas com o contingenciamento de recursos financeiros para deslocamentos de técnicos para realização das atividades de acompanhamento e avaliação dos resultados dos projetos “in loco”.



Controle de Mercadoria na ZFM e Área de atuação:

Ainda na área prioritária de Gestão de Incentivos Fiscais ressalta-se a execução das ações (de código: 2.2.3 a 2.2.13) das Unidades descentralizadas (CORES e ALCS) localizadas na área de atuação da Autarquia, cujos processos e atividades contribuem para a consolidação dos objetivos do programa INTERIORIZAÇÃO, na medida em que garantem o cumprimento das obrigações legais nesse seguimento. Os resultados das atividades desenvolvidas por esse conjunto de ações envolvendo as atividades de controle de mercadoria importada, mercadoria nacional, cadastro e recadastro de empresas estão explicitadas a seguir: a) análise de 1.412.803 Pedidos de Licença de Importação (PLI), dos quais 1.356.999 foram aprovados e 55.804 devolvidos por apresentarem inconformidades; b) autorização de 1.868.470 Licenças de Importação (LI); c) cadastramento de 602 empresas; d) recadastramento de 642 empresas; e e) vistoria de 32.853 manifestos envolvendo 109.798 notas fiscais.

c) Principais ações do programa “INTERIORIZAÇÃO” nas Áreas prioritárias “ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS”, “COMÉRCIO EXTERIOR” e “APOIO À LOGÍSTICA”:

Do grupo de ações que integram as áreas prioritárias acima, destacam-se as de código (2.3.1) "CONSTRUÇÃO DA MATRIZ DE INSUMO-PRODUTO DO ESTADO DO AMAZONAS", (2.4.3) "APOIO ÀS EMPRESAS EXPORTADORAS DO POLO INDUSTRIAL DE MANAUS E AMAZÔNIA OCIDENTAL E AMAPÁ", (2.5.1) "MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO DISTRITO AGROPECUÁRIO", (2.5.2) "EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA DO DISTRITO AGROPECUÁRIO" e o (2.5.3) "REAPARELHAMENTO DA INFRAESTRUTURA DAS UNIDADES DESCENTRALIZADAS NA ÁREA SOB JURISDIÇÃO DA SUFRAMA".

A importância desse conjunto de ações para os objetivos do programa reside no fato de serem ações de escopo diverso, ou seja, voltadas a atender o amplo espectro de atividades, necessidades e gargalos ao desenvolvimento da região. A SUFRAMA enquanto braço do governo federal na região tem perfeita consciência do seu papel e da responsabilidade que lhe cabe nesse processo. Tanto que mesmo sabendo que as ações que desenvolve são insuficientes para mudar esse contexto de dificuldades, o faz por dever de ofício e a convicção de que está fazendo a parte que lhe cabe. Portanto quando se propõe executar ações como a ação (2.3.1) é porque entende tratar-se de instrumento fundamental aos investidores interessados em investir em áreas como o Pólo Industrial de Manaus, porque permite a esse investidor visualizar a inter-relação entre os setores



econômicos e a partir daí planejar seus os investimentos. Do lado do governo, esta ferramenta permite orientar a aplicação das políticas públicas otimizando os recursos investidos objetivando estimular aqueles setores carentes.

Em 2011, a ação 2.3.1 (CONSTRUÇÃO DA MATRIZ DE INSUMO-PRODUTO DO ESTADO DO AMAZONAS) - visava concluir e publicar os resultados da matriz para o ano de 2006 e atualizar os demais anos. A autarquia cogita estender esse esforço para os demais estados da sua área de atuação na medida em que houver disponibilidade de recursos financeiros e de pessoal para tal.

Ação 2.4.3 (APIO ÀS EMPRESAS ESPORTADORAS DO POLO INDUSTRIAL DE MANAUS, AMAZÔNIA OCIDENTAL E MACAPÁ E SANTANA/AP) - esta ação contempla uma preocupação da Autarquia com as empresas que buscam no exterior espaço para colocarem sua produção, as empresas regionais (pequenas e médias) principalmente, razão porque a Autarquia tem insistido em replicar esse esforço nos seus planos anuais buscando estabelecer parcerias com setores afins, realizando cursos, seminários e outros eventos da área. A Suframa conseguiu aprovar no PPA 2012-2015, projeto visando implantar o “Escritório do Exportador” que objetiva aprimorar e ampliar as atividades da Autarquia nessa área. O Escritório deverá ser implantado ao longo do ano de 2012.

Ação 2.3.3 (REAPARELHAMENTO DA INFRAESTRUTURA DAS UNIDADES DESCENTRALIZADAS NA ÁREA SOB JURISDIÇÃO DA SUFRAMA) - busca prover condições adequadas às atividades desenvolvidas nas unidades descentralizadas. Em 2011, pouco se pode realizar em razão das restrições orçamentárias e financeiras, fato que postergou para 2012 as etapas do projeto. Em algumas unidades descentralizadas (CORE/Rio Branco/AC, Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim e CORE/Boa Vista/RR) foram concluídos os projetos básicos objetivando orientar a elaboração dos projetos de engenharia para reforma e modernização das instalações físicas.

Finalmente, ainda na área de “apoio à logística” (ações 2.5.2 e 2.5.2), tem-se as ações relacionadas com a "**manutenção**" e "**expansão**" do Distrito Agropecuário da Suframa em Manaus. Em 2011 as restrições orçamentárias e financeiras impuseram severos danos às atividades desenvolvidas pela autarquia nesta área, notadamente para os projetos implantados, cujos empreendedores são "impedidos" de levarem seus produtos aos centros consumo da cidade de Manaus.



EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PROGRAMA "INTERIORIZAÇÃO"

Indicador 1: TAXA DE PARTICIPAÇÃO DO PIB REGIONAL NA COMPOSIÇÃO DO PIB NACIONAL - exprime a relação percentual do Produto Interno Bruto da Amazônia Ocidental, excluindo-se o valor do PIB do Polo Industrial de Manaus (PIM), e o valor do PIB nacional.

I - Taxa de Variação das Exportações do Polo Industrial de Manaus^(*)				
Índice de Referência (dez/2008)	Realizado em 2009	Realizado em 2010	Realizado Em 2011	Fórmula: $\frac{\text{PIB Amaz. Ocidental} - \text{PIB do PIM}}{\text{Valor do PIB Nacional}} \times 100$
2,81 %	1,95 %	1,99 %	2,13 %	

(*)O ano de 2011 foi o último do PPA2008-2011 e em consequência também o último ano do programa, tendo em vista que no PPA 2012-2015 somente os Ministérios terão programas sob sua responsabilidade, razão pela qual não houve previsão do indicador para 2012.

Fonte: COPLA/CGPRO/SAP - SUFRAMA



5. RESULTADOS FÍSICOS DO PROGRAMA (3.0) “GESTÃO INSTITUCIONAL”.

O quadro abaixo apresenta a síntese das realizações do conjunto de ações que integram o programa (3.0) GESTÃO INSTITUCIONAL, distribuídas por subprogramas. O objetivo do quadro em referência é explicitar o *status* das ações que integram os subprogramas e, de forma implícita, a situação das ações afetas à cada área e subárea priorizada pela Autarquia, de acordo com os percentuais (%) de realização definidos para fins de avaliação do programa no período em questão.

QUADRO RESUMO

PROGRAMA (3.0) GESTÃO INSTITUCIONAL	Total de ações	AÇÕES REALIZADAS				Ações não iniciadas ou canceladas	Ações concluídas	Índice Médio de Sucesso (%)
		Até 25 %	De 26 a 50%	De 51 a 75%	Acima de 76 %			
ÍNDICE MÉDIO DO PROGRAMA	40	04	06	08	22	-	13	80,38
	40,4	10,0	15,0	20,0	55,0	-	32,5	
Subprog. 3.1. Desenvolvimento de Recursos Humanos	08	-	1	-	7	-	7	91,61
Subprog. 3.2. Fomento à modernização administrativa	16	4	5	1	6	-	3	54,77
Subprog. 3.3. Acompanhamento da gestão	07	-	-	2	5	-	-	79,31
Subprog. 3.4. Difusão de informações à sociedade	08	-	-	5	3	-	2	76,17
Subprog. 3.5. Desenvolvimento de recursos logísticos	01	-	-	-	1	-	1	100,00

Síntese analítica das informações:

Sob o ponto de vista prático, cabe ressaltar na análise das informações oferecidas pelo quadro acima, aspectos relacionados com a modernização e o aprimoramento dos sistemas e processos, ou seja, aqueles que dizem respeito aos instrumentos da gestão de natureza tecnológica como os sistemas de processamento de informações e comunicação (TIC), assim como os relacionados ao aprimoramento dos recursos com pessoal. Não por acaso, das 40 (quarenta) ações do programa 16 (dezesesseis) se concentram nesse segmento, das quais 04 (quatro) tiveram desempenho inferior a 25% (ações 3.2.3, 3.2.7, 3.2.12 e 3.2.16.), 05 (cinco) com realização entre 26 e 50% (ações 3.2.2, 3.2.8, 3.2.6, 3.2.10 e 3.2.13), 01 (uma) com índice de execução de 51 a 75% (ação 3.2.1) e 06 (seis) com índice de realização superior a 76%. Por sua vez, no segmento de aprimoramento dos recursos humanos 01 (uma) ficou com índice de execução entre 26 e 50%. As informações do quadro acima apontam para uma situação contraditória porque (principalmente) o seguimento



tecnológico (TI) é objeto de contrato com empresa especializada, cujos gastos com a contratação dos serviços absorvem parcela considerável do orçamento anual da Autarquia, fato que não justifica o índice médio de realização (54,77) dessa subárea comparado à média das demais áreas. Sabe-se que a Autarquia dispõe de um Plano Estratégico que orientam suas ações no médio e no longo prazos e de um Plano Diretor que espera-se, tenha sido elaborado a partir de diagnóstico das necessidades da área, que permita encaminhar ou buscar soluções de curto prazo para as demandas da Autarquia.

Desempenho das principais ações do programa:

Tal como o título indica, é o programa responsável pela execução das atividades meio da Autarquia, ou seja, pelo provimento dos recursos logísticos, humanos e tecnológicos adequados à manutenção e ao aprimoramento da máquina administrativa. Trata-se do desenvolvimento de atividades objetivando oferecer os meios necessários para a realização das ações finalísticas, priorizando a capacitação de recursos humanos, a difusão de informações à sociedade, a modernização administrativa e o aprimoramento dos instrumentos de acompanhamento e avaliação da gestão. As ações que integram o programa foram agrupadas de acordo com o objetivo a que se destinam nas subáreas respectivas: (3.1) “Desenvolvimentos de Recursos Humanos”, (3.2) “Fomento à Modernização Administrativa”, (3.3) “Acompanhamento da Gestão”, (3.4) “Difusão de Informações à Sociedade” e (3.5) “Desenvolvimento de Recursos Logísticos”.

Do grupo de 40 (quarenta) ações que integram o programa merecem destaques aquelas (ações) consideradas relevantes para o processo de aprimoramento da gestão da Autarquia executadas no período, cujo desempenho é apresentado a seguir:

a) Gestão de Recursos Humanos:

Ação 3.1.4 (FORMAÇÃO SUPERIOR PARA SERVIDORES DAS ÁREAS DESCENTRALIZADAS) - Essa é uma das iniciativas portadora de grande significado prático considerando o contexto de gestão atual da Autarquia. A iniciativa é louvável não só pela necessidade de qualificar e aprimorar cada vez mais os recursos humanos, mas compensar o número reduzido de servidores. O projeto visa dar continuidade a procedimentos aplicados inicialmente na sede central, que agora, está sendo estendido aos servidores das áreas descentralizadas. O objetivo é propiciar meios para a elevação do nível de escolaridade dos servidores lotados na área de atuação da Autarquia, de modo a contribuir para ampliação das suas habilidades profissionais. Em 2011, apenas 33% das atividades previstas foram executadas. As atividades serão continuadas em 2012;



Ação 3.1.5 (curso: GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL PARA SERVIDORES) - Trata-se de ação com igual escopo que a ação 3.1.4, ou seja, visa ampliar os conhecimentos recebidos na primeira fase do programa, provendo desta feita, conhecimentos específicos aos servidores centrados na área de desenvolvimento regional. Nesse sentido o curso Sequencial em Gestão de Desenvolvimento Regional deverá propiciar meios ampliados para a elevação do nível de escolaridade do servidor bem como potencializar suas habilidades profissionais. O curso que conta com a participação de 14 (quatorze) servidores, será reiniciado a partir de fevereiro de 2012;

Ação 3.1.6 (CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS), esta ação trata da programação de capacitação institucional propriamente dita, ou seja, da implementação do Plano de Capacitação do exercício (PAC). O PAC é o responsável pela programação das atividades de capacitação de pessoal no exercício. São cursos voltados ao atendimento das diversas áreas de atuação da Autarquia, sejam elas atividades meios ou finalísticas, realizados de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira programadas para área. Em 2011, foram realizados ao todo 17 (dezesete) cursos direcionados para o atendimento de áreas e funções diversas da Autarquia, com destaque para: controle interno (auditoria), procuradoria, gestão de contratos, gestão de convênios, gestão de incentivos fiscais, gestão de pessoal e controle de mercadoria, entre outros.

b) Modernização Administrativa:

Nesta subárea estão concentradas as ações do programa (3.0) “Gestão Institucional”, responsável pelas ações voltadas para o aprimoramento ou a modernização dos instrumentos da gestão da Autarquia, principalmente aquelas que dependem do aporte de Tecnologia da Informação e de Comunicação (TIC), utilizadas pelos diversos sistemas e funções que desenvolve. São funções finalísticas como: a análise e controle de projetos, o controle de mercadorias em toda sua área de atuação, os indicadores econômicos e sociais das empresas do Polo Industrial de Manaus, os resultados dos projetos de produção que financia na sua área de atuação, da produção agropecuária e agroindustrial nas ALCs, dentre outras atividades. Esse segmento, em 2011, contou com 16 (dezesesseis) ações, demonstrando o esforço e a preocupação da Autarquia em manter atualizados os sistemas informatizados de que dispõe para cumprir a sua missão institucional.

**b.1) Gestão de Tecnologia da Informação (TI) :**

Na área de gestão de Tecnologia da Informação (TI), em 2011, várias ações contribuíram para o desenvolvimento, atualização e manutenção das atividades desenvolvidas a saber: Ação 3.2.2 (MANUTENÇÃO DA INTRANET), cujo objetivo é dotar a *intranet* de recursos necessários ao desenvolvimento e operacionalização dos diversos sistemas informatizados da Autarquia. Foram desenvolvidas atividades de manutenção e aprimoramento dos vários sistemas voltados ao controle dos serviços administrativos tais como tramitação de processos, solicitação de material, transporte, gerenciamento do Plano Anual de Trabalho - sigPAT, GDSuframa, arrecadação, gestão de pessoal, dentre outros;

Ação 3.2.5 (MANUTENÇÃO DO PARQUE OPERACIONAL DE INFORMÁTICA) - a importância desta, conforme o nome indica, reside no fato de ser ela responsável pelo funcionamento da rede lógica onde estão albergados os serviços disponibilizados pela Autarquia tanto para o público interno quanto para o público externo, ou seja, aqueles serviços oferecidos pela autarquia aos seus usuários (pessoa física e pessoa jurídica). Para se ter uma ideia da importância e da dimensão das atividades de suporte técnico desenvolvidas na Autarquia nessa área, veja-se que em 2011 foram registradas mais de 7 (sete) mil chamadas técnicas somente nas unidades localizadas na sede da Autarquia em Manaus;

Ação 3.2.7 (ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA DA REDE LÓGICA DE COMPUTADORES DA SEDE DA SUFRAMA) - trata-se de ação que apesar da sua importância, pois é responsável pela confiabilidade e a segurança de acesso aos sistemas de informação gerenciados na Autarquia, teve em 2011, o acirramento das restrições orçamentária e financeira, postergando etapas importantes do projeto de atualização em questão, tanto que somente foram executadas 20% das etapas programadas para o período. O aspecto danoso da defasagem tecnológica nessa área é o tempo em que isso ocorre, onde o problema da obsolescência dos equipamentos é fator determinante porque ocorre de forma rápida, colocando a Autarquia em desvantagem na execução e oferta de serviços oferecidos ao seu público usuário e em particular para as parcerias com outras instituições. Espera-se que em 2012 essas restrições sejam, senão resolvidas, mas ao menos amenizadas;

Ação 3.2.8 (MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS WEB) - esta é uma ação que visa aprimorar os sites e sistemas existentes e desenvolver novos recursos que permitam atualizar e manter a qualidade dos serviços e das informações disponibilizadas pelo sistema WEB. A Autarquia dispõe



existem 40 (quarenta) sistemas desenvolvidos que estão em constantes atualizações e manutenções. O maior dificultador foi à diminuição do quadro de analista de sistemas para a execução e manutenção dos sistemas já desenvolvidos, o que resultou na execução de apenas 28,8% de realização.

b.2) Controle de Mercadoria - Aprimoramento dos instrumentos de gestão:

Também no âmbito da "modernização administrativa", tratando-se agora dos instrumentos de controle de mercadoria, a Autarquia tem buscado, permanentemente, aprimorar seus sistemas e processos de modo a dar cumprimento às suas obrigações legais nessa área até para poder acompanhar a evolução das instituições parceiras (Governo Federal, Estados da Federação, etc.) nesta área. A situação das principais ações/atividades desenvolvidas nesse grupo de ações, em 2011, foram as seguintes:

Ação 3.2.11 (IMPLANTAÇÃO DA UNIDADE DE ENLACE SUFRAMA/SINTEGRA/NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA FISCAL) - trata-se de ação cujo objetivo é responder pela operacionalidade do intercâmbio de informações do controle de ingresso de mercadoria de interesse das demais unidades da Federação, ou seja, dos estados que vendem seus produtos para a área de atuação da SUFRAMA. O índice de 81% corresponde à elaboração do projeto de criação do núcleo. O projeto foi concluído e submetido à deliberação superior;

Ação 3.2.12 (ESTUDO E ESTABELECIMENTO DOS CRITÉRIOS DE PARAMETRIZAÇÃO DA VISTORIA FÍSICA OU "**VISTORIA INTELIGENTE**") - o objetivo desta (ação) é dotar a unidade de Controle de Mercadoria e Cadastros de "*Sistema de normatização*" adequado e compatível com os atuais procedimentos da administração tributária. Em 2011, foi concluído apenas o diagnóstico da situação atual do "sistema vistoria física". O principal dificultador está relacionado com a questão estrutural do setor visto que a atividade de vistoria depende do andamento de outras ações da área, como por exemplo, o projeto de construção da nova Central de Fiscalização de Mercadorias no Distrito Industrial de Manaus, razão porque a ação alcançou 20% de realização apenas;

Ação 3.2.13 (PADRONIZAÇÃO, HARMONIZAÇÃO E MELHORIA CONTÍNUA DE PROCEDIMENTOS E PROCESSOS DE CADASTRO E DE CONTROLE DE MERCADORIA NACIONAL) - esta é uma das atividades que há muito tempo vem exigindo da Autarquia um esforço de modernização por se tratar de uma das funções de atendimento direta do público



usuário. É imperativo que se faça melhorias efetivas nesta área, implementando-se sistemas eletrônicos de controle e segurança e de padronização dos procedimentos, isto é, implantando-se um modelo de gestão ancorado em um sistema qualidade. A ideia era evoluir para um sistema de controle integrado com a Receita Federal do Brasil (RFB), Caixa Econômica (CEF) e INSS, mediante assinatura de convênio de Cooperação Técnica com esses órgãos. Entretanto, as tratativas não avançaram em razão de manifestação negativa da RFB que não considera a SUFRAMA um órgão da administração tributária não podendo, portanto, atuar como tal, muito menos de forma integrada com as instituições da área. Em razão disso esse formato de ação foi abandonado, a unidade administrativa buscará outra forma de resolver os problemas da área;

Ação 3.2.15 (CONSTRUÇÃO DE NOVA CENTRAL DE FISCALIZAÇÃO DE MERCADORIAS NO DISTRITO INDUSTRIAL) - na verdade trata-se de ação voltada para o provimento de infraestrutura logística na área de controle de mercadoria, isto é, dotar a unidade de Controle de Mercadoria, de instalações adequadas ao cumprimento das atividades legais definidas no Decreto-Lei 288/67. O objetivo da ação, em 2011, era acompanhar as tratativas ou decisões administrativas em torno da execução do projeto o que acabou não ocorrendo. A ação saiu da pauta de prioridades da administração razão pela qual não foi replicada para 2012;

Ação 3.2.16 (IMPLANTAÇÃO DA CERTIFICAÇÃO DIGITAL NOS PROCESSOS DE CADASTRO E DE MERCADORIA NACIONAL) - a ação visava ao acompanhamento da elaboração de sistema pela unidade modernização e informação (CGMOI) que não chegou a concluir o projeto em 2011. Apenas 20% das etapas do projeto foram executadas no período. A ação foi replicada no PAT/21012;

Ação 3.3.6 (REVISÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DA SUFRAMA COM A LEGISLAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL - SPED, RELACIONADA AO CADASTRO DE EMPRESAS E MERCADORIA NACIONAL) - visa dotar a unidade de Controle de Mercadoria e Cadastros de sistema de normatização adequado e compatível com os atuais procedimentos da administração tributária. As etapas da ação programadas para o exercício de 2011 foram executadas integralmente, ressaltando tratar-se de procedimento continuado; e, finalmente, no segmento de modernização administrativa, tem-se a ação 3.2.14 (ELABORAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS DO DISTRITO AGROPECUÁRIO DA SUFRAMA) - na prática o que se pretende com a elaboração do sistema em questão (SIGDAGROS) é dispor de dados e informações sobre o Distrito



Agropecuário, necessárias para a planificação das atividades e dos projetos específicos atinentes à área. O projeto foi concluído estando o sistema em efetiva operação.

c) Controle Interno e Aprimoramento da Gestão:

Este segmento contempla duas ações de natureza específica, cujas atividades são indispensáveis para o aprimoramento da gestão da autarquia, no que se refere à regularidade dos gastos com as atividades desenvolvidas e o monitoramento das boas práticas administrativas, ou seja, aquilo que diz respeito à postura, à conduta das pessoas (servidores e colaboradores) a serviço da coisa pública. Trata-se das ações 3.2.9 (REALIZAÇÃO DE AUDITORIAS INTERNA E EXTERNA), cujo índice físico de 88% alcançado em 2011, corresponde à realização de atividades de auditorias operacionais em três Unidades Administrativas relevantes da Autarquia: Coordenação Geral de Desenvolvimento Regional (CGDER), Coordenação Geral de Recursos Humanos (CGRHU) e a Coordenação Geral Projetos Agropecuários (CGPAG), auditorias de conhecimento junto à Coordenação Geral de Projetos Industriais (CGPRI), Coordenação Geral de Acompanhamento de Projetos Industriais (CGAPI) e Coordenação Geral de Gestão Tecnológica (CGTEC), auditorias operacionais nas Unidades Descentralizadas: Coordenação Regional de Itacoatiara - COREITA/AM, Área de Livre Comércio de Tabatinga - ALCTB/AM, Coordenação Regional de Rio Branco - CORERB/AC e Área de Livre Comércio de Brasília e Eptaciolândia-ALCBE/AC, auditorias em convênios firmados com o Governo e Municípios do Estado do Acre, totalizando 27 (vinte e sete) convênios auditados. Realização de Auditoria Especial em 03 (três) convênios firmados com a FUNDAÇÃO RIOMAR, da Universidade Federal do Estado do Acre e emissão três pareceres técnicos sobre cota de patrocínio; e, a ação 3.3.7 (IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DA ÉTICA NA SUFRAMA), que tem como objetivo a implementação e a divulgação do Código de Ética dos servidores da SUFRAMA e do Código de Ética dos servidores públicos federais. As atividades desenvolvidas envolveram a criação de um canal de comunicação direto entre o servidor e a Comissão de Ética (COÉTICA), a fim de permitir o conhecimento das Normas de Conduta Ética do Serviço Público Federal e a respectiva interação desses elementos. Tem sido grande o esforço da Comissão de Ética da Autarquia, no sentido de divulgar ao máximo os trabalhos da Comissão que com o apoio de outras unidades administrativas como a de Comunicação Social. Em 2011, foram produzidos materiais diversos, entre os quais destaca-se o cartaz autoadesivo destacando os VALORES da AUTARQUIA, distribuídos a todas as unidades da SUFRAMA, tanto na sede em Manaus, como em todas as unidades descentralizadas. Realização de discussão interna no âmbito dos membros da Comissão de Ética, faltando ainda uma discussão com os servidores da Autarquia. Destaca-se também a manutenção



do programa Código de Ética em Gotas, instrumento importante para a divulgação do Código de Ética e de temas relacionados com a conduta ética do servidor. Da mesma forma, o programa "perguntas e respostas", orientando e dirimindo as dúvidas dos servidores e colaboradores quanto à gestão da ética no âmbito da Suframa. Outra vertente das atividades da comissão, a realização de palestras inclusive para os novos servidores concursados. Não foram realizadas no período, as palestras aos servidores das unidades descentralizadas, em função das restrições orçamentárias. De ordem superior, essa programação foi prorrogada para o próximo exercício. A ação registrou o índice físico de realização de 57% das metas programas para o período.

d) Acompanhamento da Gestão:

Neste segmento do programa (3.0) "Gestão Institucional" do PAT/2011, está concentrado as principais ações relacionadas com o acompanhamento da gestão propriamente dito. São ações cujas atividades visam garantir a operacionalidade das unidades com funções deliberativas tais como conselho, comitês, etc.; com funções de defesa dos interesses da Autarquia em questões judiciais e com funções representativas no âmbito das relações institucionais nos diversos níveis do governo. As atividades desenvolvidas pelas ações integrantes desta subárea estão relacionadas a seguir:

ações 3.3.3 (PROMOVER, COORDENAR E ACOMPANHAR AS REUNIÕES DO CAS) e 3.3.1 (ACOMPANHAMENTO DAS MEMÓRIAS DO COPLAN, CAPDA, CONVOCAÇÃO E ELABORAÇÃO DA ATA DO GTAPDER E REGISTRO DO PRÊMIO CUNHANTÃ). A primeira ação (3.3.3), tal como o seu próprio título indica, é responsável pela promoção, coordenação e o acompanhamento das atividades do Conselho de Administração da Autarquia (CAS). Em 2011, foram realizadas as 6 (seis) as Reuniões Ordinárias agendadas para o período, que tiveram como resultado a aprovação 233 (duzentos e trinta e três) projetos, sendo 94 de implantação e os demais de diversificação/ampliação/atualização; a segunda (ação 3.3.1) tem como função a elaboração de memórias, atas, registros de reuniões, eventos, etc. O índice de 58,2% alcançado em 2011 corresponde à ocorrência dos seguintes resultados físicos: coordenação das atividades de 1 (uma) reunião ordinária realizada pelo Comitê de Planejamento e Coordenação Administrativa - COPLAN, onde foram apresentados o Plano Estratégico Integrado do MDIC (mapa consolidado), as ações da Autarquia para inserção no novo PPA (quadriênio 2012-2015) e o Plano Anual de Trabalho - PAT para o exercício; e a realização de 2 (duas) reuniões do Comitê de Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia - CAPDA das 6 (seis) agendadas para o período; ação 3.3.2 (ACOMPANHAMENTO DE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS



JUDICIAIS), cujo objetivo é atuar em favor dos interesses da Autarquia em questões jurídicas e em outras atividades afins. O índice de realização de 80% registrado no período diz respeito ao desenvolvimento das seguintes atividades:

- ocorrência de 52 (cinquenta e duas) ações ajuizadas por empresas incentivadas no tocante à repetição de indébito de preço público e TSA;
- ações relativas a Dívida Ativa foram: 155 notificações, 112 publicações, 72 inscrições, 82 execuções, 13 parcelamentos gerados, 39 parcelamentos em manutenção, 03 reparcelamentos e 14 inscrições decorrentes de decisões do TCU; e
- análise de 55 Processos de servidores contra a SUFRAMA.

Registre-se como dificultadores às atividades desenvolvidas a demora no recebimento das informações, a situação cadastral desatualizada dificultando o envio das notificações, grande volume de prazos judiciais para cumprimento aliado ao curto espaço concedido pelas Procuradorias Federais, além da dependência de informações oriunda da área técnica sobre os mais diversos assuntos da Autarquia. Some-se a isso a ocorrência de fatores externos como a greve nos Correios impedindo os atos ordinários relativos às intimações dos administrados; e finalmente, a ação 3.3.4 (REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL DA SUFRAMA), responsável pelo acompanhamento das matérias de interesse da Autarquia em tramitação junto ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), nos demais ministérios e no Congresso Nacional, além da participação em eventos para os quais a organização seja convidada.

e) Difusão de informações (comunicação):

Neste segmento estão albergadas as ações responsáveis pelas atividades de comunicação com os públicos interno e externo e como se dá o seu relacionamento com a mídia, as esferas de governo e demais órgãos e instituições parceiras. Ou seja, são funções mediante as quais a organização leva ao conhecimento do público em geral as informações relacionadas com o desempenho dos indicadores do Polo Industrial de Manaus, a divulgação de oportunidades de investimentos, o relacionamento com os órgãos de imprensa e parceiros, bem como o desenvolvimento de atividades de promoção da imagem institucional. São apresentados a seguir os resultados físicos das principais ações que integraram o setor: ação 3.4.1 (PLANEJAR E EXECUTAR A ASSESSORIA DE IMPRENSA DA SUFRAMA) - trata-se de ação cujo objetivo é facilitar o acesso da imprensa às informações relacionadas com o desempenho do Polo Industrial de Manaus e ao modelo Zona Franca de Manaus (PIM). Essa atividade é realizada por meio da produção de *press releases*, notas e sugestões de pautas para a imprensa local, nacional e internacional, além de



órgãos governamentais e instituições parceiras. As informações são disponibilizadas também nos sites de "link de Notícias" da Autarquia; ação 3.4.2 (PLANEJAR E EXECUTAR AÇÕES DE COMUNICAÇÃO DA SUFRAMA) - o objetivo da ação é divulgar as oportunidades de investimentos na área de atuação, promover a imagem institucional, intensificar o processo de articulação e de parceria com órgãos e entidades públicas e privadas, informar os diversos segmentos de público, contribuir para formação da opinião pública sobre os benefícios do modelo ZFM para a área de atuação da SUFRAMA e para todo o País entre outros. O índice de 71,25% de execução física corresponde à realização das seguintes atividades: realização de duas campanhas publicitárias - uma no mês de fevereiro, por conta do aniversário da Suframa e do modelo ZFM (incluindo exposição comemorativa) e outra nos meses de setembro e outubro, com o objetivo de divulgar a Feira Internacional da Amazônia (VI FIAM), produção de folheteria, vídeos e outras publicações institucionais; concessão de cotas de patrocínio (num total estimado de R\$ 500 mil), serviços de assessoria de imprensa (produção de *press releases*, atendimento a jornalistas, agendamento de entrevistas, produção de informativos e elaboração de *clipping* de notícias de interesse da autarquia), alimentação do *site*, *twitter* e banco de imagens, organização e apoio à realização de eventos nas dependências da Suframa, acompanhamento de visitas e missões institucionais fora das dependências da autarquia entre outras atividades; ação 3.4.3 (PLANEJAR E EXECUTAR AÇÕES PUBLICITÁRIAS INSTITUCIONAIS DA SUFRAMA) - visa promover a imagem institucional, como agência de desenvolvimento regional, divulgar as oportunidades de investimentos na área de atuação, contribuir para a formação da opinião pública a respeito dos benefícios do modelo ZFM para a área de atuação, bem como para todo o País. O índice físico de 64% de realização física obtido na execução da ação diz respeito às atividades relacionadas com a campanha publicitária da FIAM 2011, que ficou aquém do que seria necessário para divulgação ampla do evento e assegurar a participação do público visitante; ação 3.4.5 (CONSOLIDAÇÃO DE DADOS PARA PRODUÇÃO DE INDICADORES DO PÓLO INDUSTRIAL DE MANAUS) - visa disponibilizar informações estatísticas que possibilitem aos agentes econômicos conhecer o perfil dos segmentos industriais do PIM. As atividades desenvolvidas permitiram disponibilizar informações consolidadas na forma de relatórios, mapas, tabelas, etc., sobre a produção, faturamento, exportação, mão de obra e investimentos ocorridos no exercício de 2011. As informações que servirão de subsídios para a elaboração de trabalhos técnicos de interesse da Autarquia e do público em geral; e ação 3.4.7 (DIVULGAÇÃO DO MODELO ZONA FRANCA DE MANAUS NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA SUFRAMA) - o objetivo da ação é levar à comunidade estudantil de nível médio e superior (aluno, professores e demais profissionais da área), informações sobre projeto Zona Franca de Manaus, ou seja, qual sua



importância para a região nos aspectos econômico, geopolítico, social, tecnológico, ambiental etc. Em 2011, foram proferidas palestras em 15 (quinze) instituições de ensino (públicas e privadas) envolvendo um público superior a 1700 pessoas entre alunos, professores e afins.

EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PROGRAMA GESTÃO INSTITUCIONAL

Os quadros abaixo demonstram a evolução do indicador do programa no período de 2002 a 2011, isto é, o quanto do orçamento executado em cada ano, é gasto na execução das atividades administrativas ou na manutenção da "maquina administrativa", bem como o percentual dos recursos arrecadados pela Autarquia, retidos por conta da política de contingenciamento.

TAXA DE PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS NO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO

INDICADOR	EVOLUÇÃO DO INDICADOR (%)									
	Dez/2002	Dez/2003	Dez/2004	Dez/2005	Dez/2006	Dez/2007	Dez/2008	Dez/2009	Dez/2010	Dez/2011
<i>Nome:</i> TAXA DE PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS NO ORÇAMENTO EXECUTUADO.										
<i>Fórmula:</i> $\frac{\text{Valor da Máquina Administrativa no ano}}{\text{Valor do orçamento executado no ano}} \times 100$	45,7	51,63	47,08	23,31	37,32	23,64	46,69	47,49	52,14	53,99

Fonte: CGORF/SAD - SUFRAMA

Houve aumento de 3,43% no resultado do indicador de 2011 em relação ao apurado em 2010. Entretanto, o valor dos gastos administrativos (R\$ 100.597.557,47) foi menor comparado com o de 2010 (R\$ 107.129.466,14), sinalizando que Autarquia foi mais eficiente no período, no que se refere aos gastos com as despesas administrativas, uma vez que o valor dessas despesas em, termos absoluto, foi menor.

ORÇAMENTO EXECUTADO X CUSTO DA MÁQUINA ADMINISTRATIVA

Ano	Valor do Orçamento Executado (R\$ 1,00)	Custo da Máquina Administrativa (R\$ 1,00)	Participação da Máquina Administrativa (%)
2002	109.457.388,88	50.027.363,23	45,70
2003	106.765.368,35	55.127.417,55	51,63
2004	147.076.598,30	69.252.053,11	47,08
2005	147.689.546,01	34.430.709,28	23,31
2006	157.330.889,01	58.725.224,49	37,32
2007	306.042.964,39	72.349.502,72	23,64
2008	180.605.009,76	84.330.793,11	46,69
2009	219.865.819,23	104.433.382,24	47,49
2010	205.452.687,85	107.129.466,14	52,14
2011	186.317.195,55	100.597.557,47	53,99

Fonte: CGORF/SAD - SUFRAMA



O indicador abaixo demonstrar a parcela da receita arrecadada pela autarquia que é retida pelo governo federal em função da política de contingenciamento. Em 2011 esse percentual foi de 42,93%, política que vem restringindo a contribuição da Autarquia no esforço do próprio governo federal para o desenvolvimento da região.

INDICADOR	EVOLUÇÃO DO INDICADOR (%)				
	Ref. 2008	2009	2010	2011	Previsão 2012
<i>Nome:</i> TAXA DE RETENÇÃO DA RECEITA					
<i>Fórmula:</i> $\frac{\text{Orçamento Aprovado} - \text{Orçamento Executado no ano}}{\text{Valor do orçamento executado no ano}} \times 100$	28,54	85,35	47,79	42,93	(*)

Fonte: CGORF/SAD - SUFRAMA

(*) O ano de 2011 foi o último do PPA2008-2011 e, em consequência, o último ano do programa, tendo em vista que no PPA 2012-2015 somente os Ministérios terão programas sob sua responsabilidade, razão pela qual não há previsão do indicador para 2012.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano Anual de Trabalho (PAT), sob o ponto de vista prático, operacional, “deve ser visto” como um detalhamento das ações do Plano Plurianual (PPA). Visto sob essa perspectiva, as ações do PPA são macro-ações, desdobradas no PAT em ações menores, executadas no dia a dia por meio das diversas atividades desenvolvidas pela Autarquia ao longo de cada período. Além do que, o PAT abriga também um grande número de ações que não derivam diretamente das ações inscritas no PPA, mas que de alguma forma estão associadas á estas ações ainda que indiretamente. Quer dizer, além dos projetos e atividades do PPA, funções representativas das “áreas prioritárias” da organização emergem no PAT na forma de ações que ali são executadas, monitoradas e avaliadas sob o aspecto físico unicamente, uma vez que o controle orçamentário e financeiro se dá de forma muito detalhada e muito precisa, no nível do PPA, em sistema de monitoramento próprio, sob o estrito controle do Governo Federal, o SIGPLAN.

Essa particularidade do planejamento institucional é resultado de mais de uma década de exercício da função de planejamento, “pactuada” no âmbito do seu Comitê de Planejamento, o COPLAN. Isto quer dizer que as unidades de planejamento ou unidades administrativas, que desejam dar destaque às suas rotinas, processos ou atividades consideradas relevantes, poderá inscrevê-los no Plano Anual de Trabalho na forma de ação. Tal prática apresenta, entretanto, aspectos positivos e negativos a serem considerados. Negativos, porque há o risco de tornar o PAT em documento muito pesado, trabalhoso, confuso e de difícil compreensão. Positivo, se entendermos que é a oportunidade de que dispõem as unidades administrativas, para dar destaque às atividades que desenvolvem ao longo do exercício e, ao mesmo tempo, fazerem os registros das dificuldades enfrentadas na realização das suas ações, das suas tarefas ao longo do exercício. Para a unidade de “controle interno” é desejável que as unidades administrativas tenham suas rotinas ou processos mais importantes explicitados no Plano Anual de Trabalho na forma de ação. Sob o ponto de vista da gestão essa prática é extremamente positiva, porque o exercício continuado de planejar, executar e avaliar suas atividades na forma de ações, além de reforçar a cultura do planejamento torna a sua gestão mais transparente.

É sob essa perspectiva que deve ser visto índice de realização de 79,1% de execução física do conjunto de ações integrantes do Plano Anual de Trabalho, cujos resultados e desdobramentos, espera-se, possam contribuir efetivamente para o alcance dos objetivos estratégicos da autarquia e o cumprimento da sua missão.



Por oportuno, vale ressaltar que o ciclo de avaliação das ações da Autarquia se completa com a avaliação das suas ações nas dimensões anual, ou seja, no âmbito do PAT, da qual este documento faz parte, e na dimensão plurianual, no âmbito do PPA, que dispõe sistema de monitoramento e metodologia de avaliação própria. Aguarda-se o momento dessa avaliação que deverá ocorrer ainda no semestre em curso. Há, entretanto, como item do **Relatório de Gestão/2011**(Item 2.3 - Programas de Governo sob a responsabilidade de UJ) da Autarquia, versão de avaliação das ações integrantes do PPA 20011, elaborada para atender as normas legais dos órgãos de controle (TCU/CGU).



Anexos





2.2 Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

2.3.1 Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

1. 2.3.1.1 Polo Industrial de Manaus

QUADRO A.2.1.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA		0392				
Denominação		Polo Industrial de Manaus				
Tipo do Programa		Finalístico				
Objetivo Geral		Desenvolver o Polo Industrial de Manaus				
Objetivos Específicos		Consolidar a estrutura produtiva do Polo Industrial de Manaus e contribuir para o equilíbrio da balança comercial do modelo.				
Gerente		Thomaz Afonso Queiroz Nogueira				
Público-Alvo		Sistema produtivo do Polo Industrial de Manaus				
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
57.430.000	52.720.000	52.719.598	50.612.527	2.107.070	49.921.196	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida) *	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Índice de Mão de Obra no Polo industrial de Manaus	31/12/2006	10,40	4,0	4,0	15,22
Fórmula de Cálculo do Índice						
[Quantidade de pessoas empregadas no PIM, no ano: Quantidade de pessoas empregadas no PIM no ano base) – 1] X 100						
Análise do Resultado Alcançado						
Em 2011, o Indicador de Mão de Obra no Polo Industrial de Manaus apresentou incremento de 15,22% (15.783 novos postos de trabalho) em relação ao exercício de 2010, superando em 11 pontos percentuais a meta estabelecida para o ano. Esse incremento da mão de obra é decorrente da retomada do crescimento da produção do Polo Industrial de Manaus para atendimento dos mercados interno e externo que, em 2011, alcançou um faturamento de US\$ 41,10 bilhões, 17,42% (US\$ 6,10 bilhões) superior a 2010. Esse incremento na produção/faturamento tem como destaque o setor Eletroeletrônico (incluindo Bens de Informática), responsável por 44,38% do valor faturado, bem como o setor de veículo de duas rodas - motocicletas e bicicletas -, cuja cadeia produtiva é a mais integrada do Polo, maximizando sua capacidade de geração de empregos. Outro fator que contribuiu para as contratações foi a implantação de novos projetos industriais.						
Ordem	Indicador (Unidade medida) *	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Taxa de Agregação do Valor Local (Porcentagem)	31/01/2007	2,81	3,0	3,0	2,87
Fórmula de Cálculo do Índice						
TAVL = [Faturamento ÷ (Custo Total de Insumos – Custo Total de Insumos Regionais)]						
Análise do Resultado Alcançado						
A Taxa de Agregação de Valor Local obteve o índice de 2,87, até dezembro de 2011, alcançando 96% da meta						



estabelecida para o exercício.

O índice de 2,87 representa que, para cada unidade monetária de insumos importados, foram agregadas, no PIM, 2,87 unidades monetárias. Verifica-se uma evolução em relação o ano de 2010, quando o índice foi 2,59.

O desempenho do indicador, em 2011, demonstra uma recuperação dos impactos ocorridos nos últimos 03 (três) anos quando houve queda em seu índice.

Conforme previsto, em 2011 registrou-se a retomada da agregação local de valor em componentes, partes, peças e matérias primas regionais.

Essa retomada de crescimento do valor agregado local foi consequência das exigências de novas etapas do Processo Produtivo Básico-PPB, corroboradas por investimentos internos das empresas na verticalização da produção, bem como pelo número de novos projetos aprovados de implantação e de ampliação para produção de insumos no PIM, especialmente aqueles voltados ao atendimento das cadeias produtivas em fase de transição (do televisor CRT para o LCD, e do ar condicionado de janela para o *Split*).

Ordem	Indicador (Unidade medida) ¹	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
3	Taxa de Participação na Arrecadação de Tributos Federais na 2ª Região Fiscal (Porcentagem)	31/12/2006	64,02	64	64	59,39

Fórmula de Cálculo do Índice

Relação percentual entre o valor da arrecadação de tributos federais no estado do Amazonas e o valor da arrecadação de tributos federais na 2ª Região Fiscal.

Análise do Resultado Alcançado

A Taxa de Participação na Arrecadação de Tributos Federais na 2ª Região Fiscal, relativa ao acumulado até dezembro de 2011, foi de 59,39%, alcançando 92,8% da meta estabelecida para 2011.

Este desempenho, embora abaixo da meta, continua demonstrando que não é só riqueza privada o resultado do PIM, mas, antes de tudo, ele se apresenta e tem se mantido como importantíssima base tributária nas três esferas de Governo.

Assim, o Estado do Amazonas continua como unidade da federação que é exportadora líquida de impostos e contribuições federais à União.

Ordem	Indicador (Unidade medida) *	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
4	Taxa de Variação das Exportações do Polo Industrial de Manaus	31/12/2006	25,05	18,51	18,51	7,45

Fórmula de Cálculo do Índice

Relação percentual entre o valor das exportações do PIM no ano e o valor das importações para o PIM no ano

$$X \div M * 100$$

Análise do Resultado Alcançado

A Taxa de Variação das Exportações do Polo Industrial de Manaus exprime a relação entre as importações e exportações, e, em 2011, correspondeu a 7,45% da importação realizada. Os principais produtos exportados foram: controlador digital de temperatura; controle remoto para alarme eletrônico de veículo; telefone celular; odorizador de ambiente embalado sob pressão; forno micro-ondas, conjunto para impressão fotográfica digital; papel fotográfico para fotografias e artes gráficas; concentrados para bebidas não alcoólicas; motocicletas; aparelhos de barbear não elétricos; bateria para telefone celular; lâminas de barbear; artigo e equipamento para cultura física; alarme eletrônico para veículos; canetas e lapiseiras.

Este indicador expressa ainda as dificuldades de penetração dos produtos do Polo Industrial de Manaus no mercado internacional.

Como fator principal inibidor do melhor desempenho neste item desponta a questão logística, agravada pela taxa de câmbio, medidas protecionistas dos principais mercados (especialmente Argentina), além da concorrência dos produtos chineses nesses mercados.

(¹) Fonte: SUFRAMA. (²) Fonte: RECEITA FEDERAL DO BRASIL

A dotação orçamentária aprovada na LOA para o programa 0392 Polo Industrial de Manaus, em 2011, alcançou o montante de R\$ 57,43 milhões, dos quais 90,04% (R\$ 51,71 milhões) foram empenhados e 88,12% (R\$ 50,61 milhões) efetivamente pagos.



O programa é constituído de nove ações, sendo oito ações orçamentárias e uma ação não orçamentária. O valor financeiro de R\$ 50,61 milhões, pago em 2011, apresentou a seguinte distribuição: 74,62% (R\$ 37,77 milhões) realizados na ação 2035 – Análise e Controle de Projetos Beneficiados com Incentivos Fiscais; 11,85% (R\$ 06 milhões) realizados na ação 2537 - Manutenção do Distrito Industrial de Manaus; 9,87% (R\$ 05 milhões) realizados na ação 8184 - Promoção Comercial da Zona Franca de Manaus; e 2,27% (R\$ 1,15 milhão) destinados à ação 5080 - Implantação do Parque Tecnológico do Polo Industrial de Manaus.

O contingenciamento dos recursos orçamentários do programa alcançou o índice de 8,2% (R\$ 4,7 milhões) em relação ao orçamento aprovado na LOA (R\$ 57,43 milhões), sendo 19,39 pontos percentuais menor que o índice de contingenciamento registrado no ano anterior, 27,59%. A redução relativa do nível de contingenciamento não deve ser considerada adequada uma vez que as ações de caráter estratégico e, portanto, de impacto direto nos referidos índices foram prejudicadas em sua execução.

Ressalte-se que pela natureza (sensibilidade) dos indicadores os impactos do contingenciamento orçamentário do programa nos índices de seus indicadores não são possíveis de mensurar no exercício, e, sim nos exercícios subsequentes. Os índices atuais registrados nos indicadores do programa refletem as consequências dos contingenciamentos recorrentes nos exercícios anteriores nas ações de caráter estratégicos para o programa.

Eventos negativos e positivos que prejudicaram ou facilitaram a execução dos Programas de Governo:

O contingenciamento e a intempetividade na liberação dos recursos financeiros foram os eventos negativos que prejudicaram a execução do programa.



2.3.2 Execução Física das ações realizadas pela UJ

QUADRO A.2.2.1 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
22	122	0392	2035	A	3	unidade	2.185	2.056	1.976
22	693	0392	90EP	NO ¹	3	unidade	22	22	-
22	661	0392	10DO	P	3	% de execução física	1	-	-
22	691	0392	5088	P	3	% de execução física	1	-	-
22	661	0392	5080	P	3	% de execução física	1	1	-
22	691	0392	2750	A	3	unidade	1	-	1
22	661	0392	2537	A	3	unidade	1	1	1
22	691	0392	8184	A	3	unidade	11	27	1
22	661	0392	5086	P	3	% de execução física	1	-	1

Fonte: SIGPLAN

NO¹= Não Orçamentária**Cumprimento das metas físicas:**

O programa contribui para o alcance dos objetivos de médio prazo da instituição por meio de ações voltadas às áreas estratégicas da Gestão de Incentivos Fiscais (ação 2035), de Logística (ações 2537, 10DO, 5088, 2750 e 5086), de Tecnologia e Inovação (ação 5080), de Atração de Investimentos (ação 8184) e de Inserção Internacional (ação 90EP). Do total dessas ações, conforme demonstrado no quadro acima, somente cinco (55,6%) obtiveram realização satisfatória de suas metas físicas, sendo quatro ações (44,4%) - 90EP, 5080, 2537 e 8184 - com realização integral de suas metas; e uma ação (11,2%) - 2035 - com realização parcial da meta física prevista para o exercício, todavia, com 94,10% da meta realizada no exercício. Essas ações, se realizadas, contribuíram para o alcance dos objetivos de médio prazo da instituição, conforme demonstrado a seguir:

A ação 2035 - Análise e Controle de Projetos Beneficiados com Incentivos Fiscais objetiva acompanhar e avaliar os projetos industriais e de serviços, aprovados pelo Conselho de Administração da Suframa (CAS), buscando garantir o que determina a legislação pertinente, quanto ao cumprimento do Processo Produtivo Básico (PPB), o incremento na oferta de emprego na região, a concessão de benefícios sociais aos trabalhadores, a incorporação de tecnologias de produtos e de processos de produção compatíveis com o estágio atual da técnica, níveis crescente de produtividade e de competitividade, reinvestimento de lucros na região e investimento na capacitação de recursos humanos para o desenvolvimento científico e tecnológico, visando o retorno econômico e social. Esta ação também é responsável pelo controle de ingresso de mercadorias na área de atuação da Suframa visando assegurar o uso adequado dos incentivos concedidos pela legislação; ampliar as exportações visando o equilíbrio da balança comercial.

A Suframa, em 2011, acompanhou 2.056 projetos industriais, de serviço e agropecuários. No exercício foram aprovados 231 projetos industriais (94 de implantação, 137 de ampliação/diversificação/atualização), com expectativa de geração de 6.814 empregos,



investimento total de US\$ 2,9 bilhões e expectativa de exportação de US\$ 84 milhões, em nível de 3º ano de produção.

Outros dados importantes a informar no processo de acompanhamento de projetos:

- Aprovação de 35 projetos agropecuários;
- Acompanhamento e controle de 441 projetos agropecuários;
- Emissão de 383 Laudos de Operação (LO);
- Emissão de 463 Laudos de produção (LP);
- Recebimento de análise de 1.013 laudos técnicos de auditoria independente (LTAI);
- Emissão de 129 Relatórios de Auditoria de Projetos (RAP);
- Inclusão de 1.335 insumos na lista padrão SUFRAMA;
- 29 registros de certificação da qualidade;
- Emissão de 598 Pareceres e Notas Técnicas;
- Edição de 45 Processos Produtivos Básicos.

A ação 90EP - Apoio à Implementação de Mecanismos de Fomento à Exportação cuja finalidade é promover a defesa dos interesses do Modelo ZFM nos fóruns de discussões relacionadas a Comércio Exterior; articular junto ao governo federal, a viabilização de mecanismos de Cooperação Internacional visando a ampliação de mercado para os produtos originários da área de atuação da SUFRAMA e transferência de tecnologia dos países onde se firmar os acordos para a região à qual se fazem necessários o incremento tecnológico local.

As metas físicas previstas na ação relacionadas ao acompanhamento de 22 mecanismos voltados à inserção internacional do modelo ZFM foram realizadas integralmente no exercício, conforme comentários a seguir:

1. **GTFAC - Grupo Técnico de Facilitação do Comércio** - reunião do GT sobre Fiscalização em Etapa Aduaneira, em 04/02/2011, Brasília/DF.
Resultados Alcançados: Aprofundamento das discussões técnicas visando à adequação do SISCOMEX e aperfeiçoamento dos métodos vigentes de fiscalização exercida pelos órgãos anuentes em etapa aduaneira.
2. **“2009 New and Full Notification”** – reunião de coordenação brasileira com diversos órgãos do governo federal para discussão sobre as respostas brasileiras às questões circuladas pelos Membros da organização Mundial do Comércio (OMC) em relação ao “2009 New and Full Notification” do Brasil (NFN 2009), em 02/03/2011, Brasília/DF.
Resultados alcançados: Aprofundamento do conhecimento sobre o assunto e posicionamento do grupo a respeito de questões relativas ao Modelo ZFM.
3. **XX Reunião Bilateral MERCOSUL – União Europeia** - participação nos grupos de Regras de Origem e de Bens, onde foi abordado o tratamento dado a produtos originários de zonas francas, de 14 a 17/03/2011, Bruxelas/Bélgica.
Resultados alcançados: No texto de Regras de origem foi retirado o parágrafo restritivo às zonas francas.
4. **Eliminação da Dupla Cobrança da TEC e a Distribuição da Renda Aduaneira no MERCOSUL** – participação em reunião sobre a Eliminação da Dupla Cobrança da TEC e a Distribuição da Renda Aduaneira no MERCOSUL, em 17/03/2011. Brasília/DF.



Resultados alcançados: Aprofundamento de entendimentos sobre o tema e posicionamento a respeito dos impactos ao Modelo ZFM com a implementação de tais medidas.

5. **Cooperação Internacional** – participação em reunião com a representante da Zona Industrial de Pádova – ZIP, da região de Veneto, Itália, em 18/03/2011, Manaus/AM.
Resultados alcançados: Intercâmbio de conhecimento sobre a área de jurisdição da SUFRAMA e a ZIP, além de entendimentos a respeito de possíveis ações de cooperação entre as partes.
6. **Cooperação Internacional** – assessoramento ao superintendente da SUFRAMA em reunião com a delegação da Venezuela chefiada pelo Ministro Conselheiro da Embaixada da Venezuela no Brasil; em 28/10/2011, Manaus/AM.
Resultados alcançados: Relato dos desdobramentos da cooperação entre SUFRAMA, MRE e a Venezuela e as estratégias para continuidade das ações previstas no Instrumento de Cooperação firmado entre as partes.
7. **Cooperação Internacional** - Assessoramento ao superintendente da SUFRAMA em reunião com a delegação de OULU, Finlândia; em 28/10/2011, Manaus/AM.
Resultados alcançados: Estabelecimentos dos próximos passos e estratégias para dar andamento ao Memorando de Entendimento firmado entre as partes.
8. **Cooperação Internacional** - Assessoramento ao superintendente da SUFRAMA em reunião com o Vice-Presidente da Câmara de Comércio da Guiana Francesa – CCIG; em 28/10/2011, Manaus/AM.
Resultados alcançados: Foi entregue à SUFRAMA um estudo fundamental sobre o transporte aéreo entre Guiana Francesa - Amapá- Amazonas e tratativas a respeito dos próximos passos do Memorando de Entendimento firmado entre esta Autarquia e a CCIG.
9. **Cooperação Internacional** - Assessoramento ao superintendente da SUFRAMA em reunião com a comitiva da Argentina, liderada pela Conselheira Econômica e Comercial da Argentina; em 28/10/2011, Manaus/AM.
Resultados alcançados: A SUFRAMA manifestou interesse em dar continuidade ao Instrumento de Cooperação firmado com a Terra do Fogo e em identificar setores propícios à complementaridade industrial; e intenção da Argentina em trazer uma comitiva empresarial na próxima edição da FIAM que poderá traduzir-se em negócios para a região.
10. **Cooperação Internacional** - participação em reunião para tratar dos resultados da missão a Oulu/Finlândia, participantes: Secretaria Adjunta de Políticas e Programas de Ciência e Tecnologia – SECT/AM, Instituto Nokia de Ciência e Tecnologia, em 15/07/2011, Manaus/AM.
Resultados alcançados: Conhecimento dos resultados da missão a OULU e definição para os próximos passos no âmbito do Memorando de Entendimento firmado em 14/6/2011 entre SUFRAMA, a Secretaria de Estado de Ciência a Tecnologia do Amazonas, a Prefeitura de OULU e a OULU Business.
11. **Cooperação Internacional** - participação em reunião com Fraunhofer Enas, em 23/07/2011, Manaus/AM.



Resultados alcançados: Assinatura de Instrumento de Cooperação entre a SUFRAMA e o Fraunhofer ENAS e definição das áreas prioritárias e diretrizes no âmbito da cooperação.

12. **Comitê Técnico N°1** - participação na CLV Reunião do Comitê Técnico N°1, de 21 a 24/03/2011, Assunção/Paraguai.

Resultados alcançados: Acompanhamento dos pleitos constantes da agenda a fim de defender os interesses das empresas instaladas no PIM. Na ocasião foi aprovado Projeto de Resolução, que estava em discussão desde 2009, favorável às expectativas das empresas do PIM, principalmente no que se refere à Tarifa Externa Comum – TEC que trata da alíquota relacionada aos condicionadores de ar tipo *split-system*.

13. **Plano Nacional de Capacitação para o Desenvolvimento da Cultura Exportadora** – participação na primeira reunião para a estruturação do plano, em 11/04/2011, Brasília/DF.

Resultados alcançados: Alinhamento das ações desenvolvidas por diferentes órgãos no que concerne a cultura exportadora com a finalidade de elaboração de um Plano Nacional para o Desenvolvimento da Cultura Exportadora, além da definição das metas a serem alcançadas pelo Acordo de Cooperação Técnica 001 MIDIC/SUFRAMA para a Amazônia Ocidental.

14. **CXIX Comissão de Comércio do MERCOSUL – CCM** - acompanhamento de matérias de interesse do Polo Industrial de Manaus, de 12 a 14/04/2011, Montevideú/Uruguai.

Resultados alcançados: Pleito Aniagem de juta (NCM 5310.10.10), pedido da Argentina de redução tarifária a 2% para 1.500 toneladas e vigência de 12 meses. A SUFRAMA passou a ser ouvida quanto aos pleitos do Grupo Técnico de Acompanhamento da Res. GMC n° 08/08 e a atuar ativamente nas reuniões.

15. **Câmara de Comércio e Indústria da Guiana Francesa – CCIG** – participação em reunião com a CCIG para tratar dos desdobramentos do Memorando de Entendimento firmado entre a SUFRAMA e a CCIG.

Resultados alcançados: Definição das diretrizes que serão utilizadas para colocar em prática as ações demandadas no Memorando de Entendimento e Plano de Trabalho firmado entre as partes. Na oportunidade, a SUFRAMA convidou a Guiana Francesa para participar da VI FIAM e a CCIG se comprometeu a enviar missiva estabelecendo os pontos focais na cooperação.

16. **Revisão da Lista Brasileira de Exceção à Tarifa Externa Comum - GTI-LETEC** – participação na reunião do Grupo Técnico Interministerial para assessoramento dos negociadores do MDIC, em 02/08/2011, Brasília/DF.

Resultados alcançados: Aprovação e inclusão de quatro produtos de interesse do PIM na LETEC.

17. **V Videoconferência Brasil - Venezuela** - Reunião entre a SUFRAMA e o governo venezuelano para discussão sobre intercâmbio comercial entre os dois países; em 13/09/2011, Manaus/AM.

Resultados alcançados: Foram levantadas as possibilidades de intercâmbio comercial entre empresas venezuelanas do setor de envase de vidro e as empresas do Polo Industrial de Manaus – PIM e esclarecidas questões quanto a participação da Venezuela na FIAM.



18. **VII Reunião da Comissão Transfronteiriça Brasil - França** – participação em reunião preparatória para a realização do evento; em 31/10/2011, Brasília/DF.
Resultados alcançados: Nivelamento dos órgãos brasileiro sobre a Agenda do encontro.
19. **Conferência sobre Zonas Francas** – participação objetivando a melhoria de procedimentos; em 11 e 12/10/2011, Miami/EUA.
Resultados alcançados: Conhecimento a respeito dos procedimentos adotados pelas Zonas Francas do Brasil, EUA, Aruba, Costa Rica, Paraguai e Panamá nos controles operacionais de forma a coibir possíveis movimentos de lavagem de dinheiro e terrorismo financeiro, além de permitir conhecer e compartilhar experiências e melhores práticas.
20. **Programa de Substituição Competitiva de Importação - PSCI** - participação em seminários e na III Reunião do Grupo Executivo de Trabalho entre o Brasil e Equador; período de 15 a 18/11/2011, em Guayaquil, Cuenca e Quito/Equador.
Resultados alcançados: Apresentação e contribuição técnica da SUFRAMA nos seminários realizados nas três cidades equatorianas para fomento à integração comercial entre o Brasil e o Equador.
21. **XXXIX Reunião Extraordinária do Grupo Mercado Comum - GMC** – participação na reunião com o objetivo de prestar assessoramento aos negociadores brasileiros; em 12/2011, Montevideú/Uruguai.
Resultados alcançados: Esclarecimentos sobre o processo de negociação em relação à Eliminação da Dupla Cobrança e Distribuição da Renda e Intercâmbio de Informações sobre Incentivos.
22. **XLII Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum - CMC** – participação na reunião com o objetivo de prestar assessoramento aos negociadores brasileiros; em 12/2011, Montevideú/Uruguai.
Resultados alcançados: Melhoria no processo de negociação quanto às especificidades do Modelo ZFM em relação aos seguintes temas: aprovação do Acordo de Livre Comércio com a Palestina; aprovação do mecanismo que irá permitir que os países membros do bloco econômico possam aumentar, temporariamente, as alíquotas.

A ação 5080 - Implantação do Parque Tecnológico do Polo Industrial de Manaus objetiva apoiar e promover a ampliação da competência científica, tecnológica e de inovação do Polo Industrial de Manaus por meio da execução de programas e projetos estruturantes de Ciência, Tecnologia e Inovação, com a finalidade de responder às suas demandas, em especial dos setores eletroeletrônico, informática e produção de veículos de duas rodas.

O contingenciamento dos limites financeiros para pagamento dos empenhos ocasionou atrasos na execução física do projeto. Em face da não renovação da Licença Prévia houve mudança no endereço para implantação do Parque Tecnológico sendo necessário realizar adequações nos projetos básico e executivo. Com referência ao orçamento 2011, registrou-se no SICONV proposta de Termo Aditivo ao convênio 106/2010, no valor de R\$ 870.000,00, objetivando a realização de ações para implementação e gerenciamento dos projetos voltados para a implantação do Parque Tecnológico do Polo Industrial de Manaus. A execução da ação até a data de 29/07/11, não sofreu alteração. Em setembro e outubro foram efetuados aditivos ao Convênio nº 106/2010 no valor de R\$ 350.000,00 e R\$ 220.000,00, respectivamente, totalizando R\$ 570.000,00. Até outubro/2011 foi dado andamento nas seguintes ações:



- a) Implementação e gerenciamento dos projetos constantes do Plano de Negócios, Programas Prioritários do Parque Tecnológico do CT-PIM;
- b) Implementação e gerenciamento dos projetos, objetivando a implantação do Parque Tecnológico do CT-PIM;
- c) Construção da unidade de Gestão Estratégica do CT-PIM no Parque Tecnológico, com a finalização dos projetos básico e executivo das unidades que comporão o Parque Tecnológico do PIM e as tratativas de substituição do lote onde será implantado o parque.

Os recursos estabelecidos na LOA para o exercício de 2011 foram utilizados principalmente para Pesquisa, desenvolvimento e capacitação do pessoal que irão integrar o RH do parque tecnológico. O início da construção da primeira etapa das instalações no novo terreno não ocorreu em decorrência da insuficiência e liberação intempestiva dos recursos referentes ao convênio 065/2009, inscrito em restos a pagar.

A ação 2537 - Manutenção do Distrito Industrial de Manaus objetiva proporcionar a manutenção e conservação da infraestrutura da Área Pioneira e da Área de Expansão do Distrito Industrial de Manaus, necessária à implantação e expansão de projetos industriais e de serviços.

A execução da ação está abrigada no Contrato 059/2010 - com vigência até 28/12/2011, firmado com a ECONCEL – Empresa de Construção Civil Elétrica LTDA, com aporte parcial de recursos na ação Administração da Unidade. Objetivando a continuidade para o exercício de 2012 dos serviços de manutenção do Distrito Industrial Castelo Branco foi elaborado Projeto Básico para posterior licitação.

A ação 8184 - Promoção Comercial da Zona Franca de Manaus objetiva divulgar nacional e internacionalmente as oportunidades de negócios nas áreas de jurisdição da SUFRAMA, visando à geração de emprego e renda. Além disso, associar o nome da Amazônia à SUFRAMA, divulgando suas potencialidades regionais.

Dentre as ações de Promoção Comercial, destacam-se a Feira Internacional da Amazônia (FIAM) e as Missões e Eventos Nacionais e Internacionais que obtiveram os seguintes resultados:

Feira Internacional da Amazônia (FIAM):

- ✓ 382 expositores em 11.300m² de área total de exposição, incluindo empresas do Polo Industrial de Manaus, de artesanato e de produtos naturais e orgânicos;
- ✓ 14 seminários com 1.500 participantes;
- ✓ Rodada de Negócios com 26 empresas âncoras (compradoras), 136 empresas ofertantes (vendedoras) e US\$ 13 milhões gerados a curto prazo e US\$ 26 milhões em negócios futuros;
- ✓ Rodada de Turismo com 22 *buyers* (compradores) e 38 *suppliers* (fornecedores de serviços de turismo) com fechamento de contratos e previsão de aumento em 10% nos negócios; e
- ✓ Salão de Negócios Criativos com 11 investidores analisando 11 planos com perspectivas de negócios.

Missões e Eventos Nacionais:

- ✓ O incremento das relações de negócios das empresas regionais com as empresas estrangeiras;



- ✓ Criação de oportunidades para que empresas e pequenos empreendedores regionais conheçam como funciona o mercado internacional bem como novas tecnologias e produtos;
- ✓ Assinaturas de memorandos, acordos e protocolos de entendimentos e parcerias comerciais;
- ✓ Prospecção e atração de investimentos para o Polo Industrial de Manaus;
- ✓ Intercâmbio nas áreas de logística de transporte e meio ambiente; e
- ✓ Articulação institucional nas áreas de micro e nanotecnologias.

Os contatos realizados pelas empresas durante as missões no Brasil e no exterior, além de propiciar vendas diretas de produtos, geraram perspectivas de negócios e parcerias futuras com vínculos de transações comerciais, exportações, representações e até sociedades e *jointventures*, dependendo da organização e empreendedorismo de cada empresário.

Ações que apresentaram problemas de execução:

Ressalte-se que 55% (cinco) das ações do programa estão relacionadas à área estratégica de logística, das quais 44% (quatro ações, 5086, 5088, 2750, 10D0) não foram iniciadas por problemas de contingenciamento orçamentário que refletiu negativamente no alcance dos objetivos e diretrizes relacionados à área estratégica de logística.

Apesar do desempenho orçamentário do programa alcançar mais de 90 % de execução, a situação é preocupante em decorrência do corte de recursos destinados a investimentos em ações relacionadas à infraestrutura de manutenção e ampliação dos Distritos Industrial e Agropecuário, implantação do parque tecnológico do CTPIM.

A falta de terrenos para implantação de novas indústrias e ampliação das existentes já impacta negativamente o processo de atração de investimentos, com registro de desistências formais. Na atividade agropecuária existem centenas de pedidos para agricultores familiares que não estão sendo atendidos, bem como produtores de médio porte. A manutenção das estradas vicinais, feita em menos de 10 % da malha construída, por escassez de recursos, não atende às necessidades de escoamento da produção.

A ação 5086-Revitalização e Expansão da infraestrutura do Distrito Industrial de Manaus objetiva proporcionar a revitalização e expansão da infraestrutura do Distrito Industrial de Manaus, na área pioneira e expansão, necessária para implantação de projetos industriais e de serviços, vez que a área pioneira do Distrito Industrial já se encontra ocupada em sua totalidade, necessitando o redirecionamento dos projetos para a área de expansão, exigindo obras de infraestrutura, cujos resultados possibilitarão a revitalização do Sistema trazendo melhor eficácia da malha viária e, conseqüentemente, otimização no processo de manutenção e melhoramento dos equipamentos urbanos do Distrito Industrial diante do estado crítico em que se encontram as vias, em que o processo de recuperação (tapa-buracos, inclusive), não permite se obter as condições ideais para a trafegabilidade, considerando a idade asfáltica das vias e a precipitação pluviométrica da região.

O Projeto Executivo de Revitalização do Distrito Industrial - Área Pioneira está elaborado com a realização do ajustes técnicos recomendados pela Suframa e auditado pelo Tribunal de Contas da União. Atualmente, está sob apreciação superior.



A ação 5088-Expansão da Infraestrutura do Distrito Agropecuário objetiva prover infraestrutura necessária para a implantação de projetos voltados para o setor primário mediante construção de estradas vicinais para instalação de novos projetos; expansão da eletrificação.

O projeto básico foi elaborado e aguarda licitação e contratação de empresa especializada para executar serviços relacionados à abertura de estradas vicinais e ramais no Distrito agropecuário. Entretanto, não houve dotação orçamentária para realizar a ação.

A ação 2750 - Manutenção da Infraestrutura do Distrito Agropecuário objetiva manter infraestrutura necessária para atendimento aos projetos implantados, voltados ao setor primário do Distrito Agropecuário, mediante recuperação das estradas vicinais, da rede de eletrificação etc.

A ação está em andamento. Foi elaborado o Projeto Básico visando a contratação de empresa especializada para realizar a manutenção das estradas vicinais do Distrito Agropecuário da Suframa e enviado para licitação. Questionamentos feitos pela Comissão de Licitação e pela Procuradoria Jurídica atrasaram o processo licitatório. Considerando a normatização para validade das propostas, para apenas 60 dias, houve a necessidade de elaborar novas planilhas de custo e reformular todo o Projeto Básico.

A ação 10D0 - Construção da Central de Fiscalização de Mercadorias para Zona Franca de Manaus objetiva dotar a Unidade de Controle de Mercadoria da SUFRAMA de instalações modernas adequadas e com Sistemas de Tecnologia da Informação capazes de dinamizar os processos de vistoria física das mercadorias ingressadas no Polo Industrial de Manaus - PIM, visando o cumprimento das atividades definidas no Decreto-Lei nº. 288/67. Essa infraestrutura possibilitará a execução dos procedimentos operacionais de controle, acompanhamento e fiscalização com eficiência e eficácia; e o aprimoramento das atividades operacionais e aperfeiçoamento do sistema de Mercadorias na área de atuação da Suframa.

Ação não iniciada por insuficiência de dotação orçamentária.

2. 2.3.2.1 Programa 1020 - Interiorização do Desenvolvimento da Área de Atuação da SUFRAMA

QUADRO A.2.1.2 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo				
Código no PPA	1020			
Denominação	Interiorização do Desenvolvimento da Área de Atuação da SUFRAMA			
Tipo do Programa	Finalístico			
Objetivo Geral	Promover e estimular a interiorização do desenvolvimento na Amazônia Ocidental e nos municípios de Macapá e Santana/AP			
Objetivos Específicos	Contribuir para o desenvolvimento na Amazônia Ocidental e de Macapá e Santana no Amapá.			
Gerente	Thomaz Afonso Queiroz Nogueira			
Público Alvo	Organizações dos setores industrial, comercial e de serviços e a população dos estados e municípios da Amazônia Ocidental e Área de Livre Comércio de Macapá e Santana – AP.			
Informações orçamentárias e financeiras do Programa				Em R\$ 1,00
Dotação	Despesa	Despesa	Restos a Pagar	Valores Pagos



Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	não processados	
6.000.000 ¹	7.755.646	6.007.018	4.591.919	1.415.099	4.591.919



Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
01	Taxa de Participação do PIB Regional na Composição do PIB Nacional (Porcentagem)	31/12/2006	1,75	1,80	1,80	2,13
Fórmula de Cálculo do Índice						
Relação percentual entre o valor do Produto Interno Bruto (PIB) da Amazônia Ocidental, excluindo-se o valor do PIB do Pólo Industrial de Manaus, e o valor do PIB Nacional.						
Análise do Resultado Alcançado						
O indicador superou a meta proposta para o exercício.						

Fonte: Sigplan.⁽¹⁾ Valor inicial aprovado pelo Congresso Nacional R\$ 165.365.842 com veto de R\$ 159.430.842 (EMENDAS).

Em 2011, o Congresso Nacional aprovou para o programa 1020 o valor de R\$ 165,36 milhões dos quais 96,41% (R\$ 159,43 milhões) eram destinados à emendas parlamentares os quais foram vetados pelo governo federal. Após o veto presidencial a nova dotação orçamentária inicial e final aprovada na LOA, foi de R\$ 6 milhões e R\$ 7,75 milhões, respectivamente.

Outro ponto a destacar é a discrepância observada nas dotações orçamentárias aprovadas nos anos anteriores em relação ao presente exercício. As dotações orçamentárias aprovadas para os exercícios de 2008, 2009 e 2010 foram de R\$ 148,76 milhões; R\$ 203,69 milhões e R\$ 248,02 milhões, respectivamente, contra R\$ 7,75 milhões aprovado em 2011. Esse valor corresponde a 3,89% da média das dotações aprovadas nos exercícios anteriores, acima mencionados.

Do orçamento aprovado 77,42% (R\$ 6,0 milhões) foram empenhados e 59,22% (R\$ 4,59 milhões) efetivamente pagos. O programa é constituído de seis ações, conforme a sua tipologia, uma ação não orçamentária, duas atividades, dois projetos e uma operação especial. O valor financeiro pago no exercício (R\$ 4,59 milhões) obteve a seguinte distribuição: 58,71% (R\$ 4,55 milhões) realizados na ação 2272 - Gestão e Administração do Programa; 0,54% (R\$ 0,04 milhões). É significativo que complementarmente ao veto inicial o programa ainda foi apenado em 40,79% (R\$ 3,16 milhões) de seus recursos orçamentários que inviabilizou a execução de cinco ações de caráter estratégico.

O programa vem sendo esvaziado ao longo dos anos, fato corroborado pelo histórico dos recursos executados, cuja somatória referente aos exercícios de 2008, 2009, 2010 e 2011, ultrapassou o valor de meio bilhão de reais. A retenção desses recursos acarretou enorme prejuízo para o programa e para a região na medida em que inviabilizou o financiamento de projetos apoiados pela SUFRAMA, na lógica das potencialidades regionais de cada Estado, e projetos voltados à infraestrutura econômica que minimizariam os gargalos logísticos da região por meio da construção de portos, estradas e pequenos aeroportos.

Diante desse contexto de insuficiência de recursos a instituição está impedida de cumprir suas obrigações legais em contribuir para criação da infraestrutura das Áreas de Livre Comércio localizadas em regiões pobres e com baixo dinamismo econômico de sua área de jurisdição. As consequências do não financiamento desses projetos minimiza a ação do governo federal na região, prejudica a atração de investimentos, amplia as desigualdades regionais, desgasta a imagem e desacredita a ação da SUFRAMA junto à opinião pública e aos entes governamentais de sua área de jurisdição.



QUADRO A.2.2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
22	661	1020	10D5	P	3	% de execução física	32	-	33
22	846	1020	0506	OE	3	Unidade	1	-	37
22	126	1020	10D4	P	3	% de execução física	25	10,8	49
22	661	1020	90E6	NO ¹	3	Unidade	10	6,62	-
22	122	1020	2272	A	3	-	-	-	-
22	694	1020	6484	A	3	Unidade	5	2	-

Fonte: SIGPLAN.

¹NO = Não Orçamentária.

* Não há previsão no SIGPLAN.

As ações do programa contribuem para o alcance dos objetivos de médio prazo da instituição por meio de ações voltadas para as áreas estratégicas de Desenvolvimento Organizacional (ação 10D5), de Desenvolvimento Produtivo (ações 0506 e 6484), de Tecnologia e Inovação (ações 10D4 e 90E6), de Atração de Investimentos (ação 2272). Do total dessas ações, conforme demonstrado no quadro acima, somente quatro (67%) obtiveram realização parcial de suas metas físicas. As outras duas ações não foram iniciadas. Essas ações são importantes para o programa e para a região e, se implementadas, contribuirão para o alcance dos objetivos de médio prazo da instituição.

Ações que apresentaram problemas de execução:

A ação 10D5 – Aparelhamento e reaparelhamento da Infraestrutura objetiva Reaparelhar a infraestrutura das Unidades Descentralizadas da Suframa, localizadas na Amazônia Ocidental, diante da necessidade de melhor humanização das estruturas físicas existentes, em razão da dinamização do fluxo de atividades e contingente de recursos humanos.

Ação iniciada. Os projetos básicos de conclusão da Sede e de reforma do galpão de alfandagem da SUFRAMA em Boa Vista foram elaborados. Por decisão superior e visando atender o disposto no Decreto Presidencial nº. 7.446 de 1º de março de 2011, solicitou-se a reformulação no Projeto básico para atender ao decreto, retirando a parte de reforma e deixando a parte de construção. Atualmente se encontra em fase de ajustes para ser licitado

A ação 0506 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento na Amazônia Ocidental e Áreas de Livre Comércio de Macapá e Santana - AP objetiva apoiar projetos de infraestrutura econômica e social que possibilitem criar condições para atrair investidores para a Amazônia Ocidental; estimular projetos de desenvolvimento vinculados às potencialidades regionais, com vistas à geração de emprego e renda.

Ação não iniciada. A administração efetuou o remanejamento no valor de R\$ 65 mil, alocados nesta ação, para a ação 2000 administração da unidade. Ressalte-se que o valor aprovado na LOA não atende o Decreto nº 6.170/2007 e a Portaria Interministerial nº 177/2008, que estabelece que o valor mínimo para Transferência Voluntária, mediante Convênio é de R\$ 100 mil.



A ação 10D4 – Atualização do Parque Lógico-computacional da SUFRAMA objetiva atualizar o Parque Lógico- Computacional da Instituição.

Ação iniciada. A meta física proposta para o exercício foi realizada parcialmente alcançando o índice de 43,20% de execução. Foram adquiridos 200 microcomputadores para atualizar o prédio (sede da instituição) e as áreas descentralizadas da autarquia. Os equipamentos foram entregues e estão em processo de análise. A Ação não foi realizada integralmente em decorrência do contingenciamento parcial dos recursos.

A ação **90E6 – Fortalecimento do Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação da Área de Atuação da Suframa** busca divulgar, apoiar a ampliação da competência científica e tecnológica e de inovação do Polo Industrial de Manaus, mediante gestão estratégica de programas e projetos estruturantes de Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação (S-C&T&I) capazes de responder às demandas dos setores industrial, (em especial os subsetores eletroeletrônico, informática e produção de veículos de duas rodas), agroindustrial e de biotecnologia.

Ação iniciada. A meta física proposta para o exercício foi realizada parcialmente alcançando o índice de 66,20% de execução. Os 10 projetos previstos traduzem-se em metas estabelecidas, que por sua vez são inerentes ao acompanhamento dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) e à articulação institucional, visando a atração de parcerias com fulcro no desenvolvimento conjunto de programas e projetos de P&D. Assim a ação tanto envolve atividades de cunho operacional quanto àquelas decorrentes da estratégia institucional com o objetivo de fortalecer o sistema de CT&I na sua área de abrangência.

A realização dessas atividades em 2011 foi prejudicada pela insuficiência de pessoal, abaixo da demanda, e pelo contingenciamento de recursos do FNDCT CT – Amazônia que cobrem os custos de deslocamento do pessoal técnico responsável pelo acompanhamento dos programas prioritários do CAPDA. Esses dificultadores inviabilizaram ou desqualificaram a execução da ação. Os 10 projetos/metast e respectivos resultados em 2011 que, conjuntamente, representam os 66,2% de realização desta ação estão detalhados a seguir:

1. Emissão de parecer técnicos (avaliação da execução dos investimentos em P&D com recursos da lei de informática/lei nº 8.387, de 1991) – meta executada em 100% do previsto (quantidade prevista: 60; quantidade executada: 100);
2. Emissão de relatório de avaliação de desempenho para fins de manutenção do credenciamento no Comitê das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia - CAPDA (instituições habilitadas a receber recursos da lei de informática, passam periodicamente por avaliação) – meta executada em 40% do previsto (quantidade prevista: 05; quantidade executada: 02);
3. Emissão de relatório de avaliação de resultado (relatório sobre avaliação dos resultados das aplicações em P&D efetuadas com os recursos da lei de informática) – meta executada em 50% do previsto (quantidade prevista: 01; quantidade executada: 0,5);
4. Elaboração do “manual do investimento em P&D” (o manual é para orientar investidores e captadores dos recursos da lei de informática, sobre os limites e as



possibilidades que a lei abrange) – meta executada em 70% (quantidade prevista: 01; quantidade executada: 0,7);

5. Emissão de nota técnica de avaliação dos planos de utilização de recursos destinados aos programas prioritários aprovados pelo CAPDA (os 07 programas prioritários aprovados pelo CAPDA em 2004, podem abrigar projetos concebidos pelas instituições locais, desde que estes sejam submetidos à SUFRAMA para avaliação quanto ao seu enquadramento no escopo do programa, entre outros fatores) – meta executada em 100% (quantidade prevista: 02; quantidade executada: 02);
6. Realização de visitas técnicas a instituições de ensino e pesquisa no país e no exterior. Meta não executada (quantidade prevista: 02 (01 nacional e 01 estrangeira); quantidade executada: 00);
7. Participação em eventos científico-tecnológicos no país. Meta executada em 67% (quantidade prevista: 03; quantidade executada: 02);
8. Articulação e promoção de reuniões com coordenadores dos programas prioritários envolvendo instituições de ensino, pesquisa e desenvolvimento da Amazônia ocidental no intuito de discutir sobre a necessidade reformulação destes, inclusive a permanência ou não como prioritários. Meta não executada (quantidade prevista (reuniões): 03; quantidade executada: 00);
9. Realização de visitas técnicas a empresas do segmento de informática o polo industrial de Manaus e instituições de ensino, pesquisa e desenvolvimento da Amazônia ocidental. – meta executada superior de 100% (quantidade prevista: 15; quantidade executada: 18);
10. Elaboração de relatório de avaliação da ação como um todo. Meta não executada (quantidade prevista: 01; quantidade executada: 00).

A ação 2272 – Gestão e Administração do Programa tem por finalidade constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Os recursos foram aplicados em ações de divulgação do modelo ZFM e das potencialidades regionais cujos resultados não são imediatos. A expectativa é que os resultados se traduzam na atração de investimentos para a região no médio e longo prazos.

A ação 6484 – Remuneração de Agentes Financeiros pela Operacionalização de Projetos de apoio à infraestrutura econômica e social objetiva remunerar os agentes financeiros responsáveis pela operacionalização, incluindo a formalização, acompanhamento, prestação de contas das ações integrantes do programa 1020 - Interiorização do Desenvolvimento da Área de Atuação da SUFRAMA.

Ação Iniciada. A meta física proposta para o exercício foi realizada parcialmente alcançando o índice de 40% de execução. A baixa execução é decorrente do Contrato de Prestação de Serviços com a Caixa Econômica Federal que somente é pago pelo valor executado. E, ainda,



do reduzido número de Contratos de Repasse que estão sob a responsabilidade da Caixa, em fase final de conclusão.

3. 2.3.2.2 Programa 1388 - Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)

QUADRO A.2.1.3 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA	1388
Denominação	Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)
Tipo do Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Elevar a competitividade sistêmica da economia, com inovação Tecnológica
Objetivos Específicos	Promover o desenvolvimento científico e tecnológico e inovações voltadas à melhoria da competitividade dos produtos e processos das empresas nacionais, à criação e consolidação de nichos de mercado baseados em novas tecnologias e à ampliação da inserção da economia brasileira no mercado internacional.
Gerente	Luiz Antonio Rodrigues Elias
Público Alvo	Empresas em geral e, em especial, as de nanotecnologia e biotecnologia; de química; de materiais; de eletrônica; de energias renováveis; de software; de fármacos; de semicondutores e microeletrônica; prestadoras de serviços tecnológicos; de consultoria tecnológica, atuantes em pesquisa e desenvolvimento de produtos e processos em áreas de fronteira tecnológica; laboratórios nacionais; e comunidade científica e tecnológica..

OBSERVAÇÃO: Programa sob a responsabilidade do Ministério da Ciência e Tecnologia.

QUADRO A.2.2.3 - EXECUÇÃO FÍSICA DA AÇÃO REALIZADA PELA UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
22	572	1388	2092	A	3	unidade	2	-	1

Fonte: SIGPLAN

A Ação 2092 – Desenvolvimento de Produtos e Processos no Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA) objetiva incentivar a exploração econômica da biodiversidade da Amazônia brasileira de modo sustentável, observando as diretrizes da Convenção sobre Diversidade Biológica; desenvolver bioprodutos (fitofármacos, cosméticos, extratos vegetais, entre outros) e bioindústrias na região amazônica, por meio da pesquisa, desenvolvimento e inovação de produtos e processos derivados da biodiversidade amazônica; estimular a implantação de polos de bioindústrias na região amazônica e a capacitação tecnológica das empresas regionais de biotecnologia e de bioprodutos, ampliando sua competitividade nos mercados nacional e internacional; manter a estrutura técnica e administrativa e o desenvolvimento de projetos no sentido de promover a inovação tecnológica a partir de processos e produtos da biodiversidade.

Os recursos desta ação foram descentralizados para dar continuidade às atividades do Centro de Biotecnologia da Amazônia - CBA, contribuindo com a implementação do programa de bolsas de pesquisa, de modo a possibilitar a realização de pesquisas que envolvam o uso da biodiversidade da Amazônia para a geração de produtos e processos tecnológicos, bem como a estimulação à permanência de profissionais qualificados na região.



Importa destacar que a Suframa está credenciada junto ao Conselho de Gestão do Patrimônio Genético – CGEN (Deliberação nº 203, de 19 de julho de 2008), como instituição fiel depositária de amostras de componente do patrimônio genético (micro-organismos). Assim como possui autorização especial (Deliberação nº 061, de 05 de outubro de 2011) para acesso ao patrimônio genético com a finalidade de constituir e integrar coleção *ex situ* que visa o desenvolvimento de atividades com potencial de uso econômico, como a bioprospecção ou desenvolvimento tecnológico.

4. 2.3.2.3 Programa 0750 - Apoio Administrativo

QUADRO A.2.1.4 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA		0750			
Denominação		Apoio Administrativo			
Tipo do Programa		Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais			
Objetivo Geral		Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos			
Objetivos Específicos					
Gerente					
Público Alvo					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
87.658.916	110.532.424	108.044.942	100.830.397	7.214.544	100.597.557

Fonte: SIGPLAN

As dotações orçamentárias inicial e final do programa foram de R\$ 87,65 milhões e R\$ 110,53 milhões, respectivamente, apresentando incremento final na ordem de 26% (R\$ 22,87 milhões) com execução orçamentária de 91,26% (R\$ 100,83 milhões).

Os recursos orçamentários do programa apresentaram a seguinte distribuição: 93,97% (R\$ 103,85 milhões) para a ação 2000 - Administração da Unidade; 0,68% (R\$ 730 mil) para a ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores e Dependentes; 0,03% (R\$33,4 mil) para a ação 2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados; 0,02% (R\$ 28,6 mil) para a ação 2011 – Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados; 1,12% (R\$ 1,23 milhões) para a ação 2012 – Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados; e 4,18% (4,60 milhões) para a ação 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.

O contingenciamento e as alterações ocorridas no orçamento geral da SUFRAMA durante o exercício refletiram negativamente na execução do programa 0750 o qual deixou de executar 8,74% (R\$ 9,65 milhões) de seu orçamento aprovado. O problema da retenção de recursos está se agravando e, em 2011, o contingenciamento do programa superou em 5,63% pontos percentuais o contingenciamento do ano anterior.

Considerando que este programa é responsável pelo funcionamento da “máquina administrativa” o prejuízo em sua execução financeira foi relativamente menor se comparado aos outros programas que tiveram corte nos recursos destinados a investimentos.



QUADRO A.2.2.4 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
22	122	0750	2000	A	3	*	*	*	*
22	361	0750	2004	A	3	unidade	726	687	642
22	365	0750	2010	A	3	unidade	42	34	38
22	331	0750	2011	A	3	unidade	38	28	16
22	306	0750	2012	A	3	unidade	338	326	336
22	122	0750	09HB	OE	3	*	*	*	*
11	128	0411	4572	A	3	unidade	115	75	100

Fonte: SIGPLAN.

* Não há previsão na LOA.

A ação **2000 – Administração da unidade** objetiva alocar despesas administrativas das unidades orçamentárias constantes do orçamento da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

A ação não possui meta física prevista para o exercício. As despesas realizadas e devidamente pagas estão vinculadas aos contratos e serviços essenciais, administrativos de atividades institucionais e de bens de consumo, Manutenção predial (edifício sede/anexos e unidades descentralizadas), Obras de construções e reformas na sede e unidades descentralizadas, dentre outros. Ressalte-se que foram processados os pagamentos referentes às despesas de contrato, aquisição de material; aquisição de serviços e de equipamentos, conforme cronograma aprovado para o exercício de 2011.

A ação **2004 – Assistência médica e odontológica aos Servidores, Empregados e seus dependentes** tem por finalidade proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas, condições para manutenção da saúde física e mental.

Durante o exercício as atividades inerentes à assistência ao servidor foram desenvolvidas com o acompanhamento da prestação de serviços médicos oferecidos pela Fundação de Seguridade Social – GEAP. Foram atendidas 687 pessoas, entre servidores e seus dependentes, tanto na Sede da Instituição quanto nas Unidades Descentralizadas localizadas nas áreas de atuação da Autarquia nos Estados do Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima e Macapá/Santana/AP, correspondendo a 94,63% da meta física proposta para o exercício

A ação **2010 – Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores e empregados** tem por finalidade oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho e condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto 977, de 10/11/93. No exercício, 34 servidores foram beneficiados com assistência pré-escolar aos seus dependentes correspondendo a 80,95% da meta física proposta para o exercício.

A ação **2011 – Auxílio-transporte aos servidores e empregados** tem por finalidade custear parcialmente as despesas realizadas com o transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquicas e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, excetuando aquelas realizadas nos deslocamentos em intervalos para



repouso ou alimentação, durante a jornada de trabalho, e aquelas efetuadas com transportes seletivos ou especiais. No exercício de 2011, 28 servidores foram contemplados com auxílio transporte correspondendo a 73,68% da meta física proposta para o exercício.

A ação **2012 – Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados** tem por finalidade conceder auxílio-alimentação sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação do servidor ou empregado, e ainda, por meio da aquisição de vale ou ticket-alimentação, refeição ou manutenção de refeitório. No exercício de 2011, 326 servidores foram beneficiados com Auxílio Alimentação, correspondendo a 96,45% da meta física proposta para o exercício.

A ação **09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais** - Tem como finalidade Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do Regime de Previdência dos servidores públicos federais, na forma do art. 8o, da Lei no 10.887, de 18 de junho de 2004. A ação por ser classificada como Operação Especial não possui meta física para o exercício.

A ação **4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação** objetiva promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

No exercício de 2011, 75 servidores, 65,22% da meta física proposta para o exercício passaram pelo processo de capacitação oferecido pela instituição com a realização dos cursos de IX SITRAER, Pós Graduação em Auditoria Contábil, Tomada de Contas Especial, Graduação em Administração, Matemática Financeira, Aspectos Jurídicos da Lei de Responsabilidade Fiscal, Jornada de Cerimonial do Amazonas, Operacionalização do SICONV, Seminário Nacional – Alteração e Aditivos aos Contratos Administrativos, Seminário Guerra Fiscal, Entendendo a GFIP/SEFIP, Tópicos do RJU, Elaboração e Análise de Planilhas de Custos e Formação de Preços nas Contratações pela Administração Pública.



MINISTRO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR.
Fernando Pimentel

SUPERINTENDENTE DA ZONA FRANCA DE MANAUS
Thomaz Afonso Queiroz Nogueira

SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
José Nagib Lima da Silva

SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE PROJETO
Gustavo Adolfo Igrejas Filgueiras

SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE ADMINISTRAÇÃO
Francisco Arnóbio Bezerra Mota

SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE OPERAÇÕES
José Adilson Vieira de Jesus

Elaboração:

SUPERINTENDÊNCIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL - SAP
COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CGPRO
EMMANUEL RIBEIRO SALES DE AGUIAR - Coordenador Geral
COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - COPLA
ALBERTO RIBEIRO DA SILVA - Coordenador

Equipe Técnica:

ESTHER RAMOS - ESPECIALISTA EM GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
JACÓ ARAÚJO DA SILVA - Economista
KEDLEY DE PAULA SPATOLA - Administradora
MARIA DAS GRAÇAS LOPES E OLIVEIRA - Economista
NEYLA AMANDA MEIRELES SARAIVA – Engenheira de Pesca
PAULO ANDRÉ DE SOUZA LEITE - Administrador

Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA
Rua Mário Andreazza nº 1.424 - Distrito Industrial
CEP: 69.075.770
<http://www.suframa.gov.br>
Fone (0xx) 92 3321-7000